



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

LEI

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 00006/1996 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada



LEI MUNICIPAL Nº 06/96

CÓDIGO TRIBUTÁRIO

PEDRA LAVRADA, 22 DE NOVEMBRO DE 1996



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ÍNDICE

LIVRO PRIMEIRO	
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	9
TÍTULO ÚNICO	
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	9
CAPÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	9
CAPÍTULO II	
DAS LIMITAÇÕES DE COMPETÊNCIATRIBUTÁRIA	10
LIVRO SEGUNDO	
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES	11
LIVRO TERCEIRO	
DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL	14
TÍTULO I	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	14
CAPÍTULO I	
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL	14
SEÇÃO I	
DA INCIDÊNCIA DO FATO GERADOR	14
SEÇÃO II	
DA NÃO INCIDÊNCIA	14
SEÇÃO III	
DA ISENÇÃO	15
SEÇÃO IV	
DOS CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS	17
SEÇÃO V	
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	19
SEÇÃO VI	
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA	19
SEÇÃO VII	
DA ESTIMATIVA	23
SEÇÃO VIII	
DO LANÇAMENTO	24
SEÇÃO IX	



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

DO RECOLIMENTO	24
SEÇÃO X	
DO DOCUMENTO FISCAL	26
SEÇÃO XI	
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES	28
CAPÍTULO II	
DOS SISTEMAS ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO	29
SEÇÃO I	
DAS EMPRESAS DE HOTELARIA.....	29
SEÇÃO II	
DAS EMPRESAS DE HOSPITAIS, CASAS DE SAUDE, MATERNIDADES E PRONTO SOCORRO.....	30
CAPÍTULO III	
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	31
SEÇÃO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	31
CAPÍTULO IV	
DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS E IMÓVEIS	31
SEÇÃO I	
FATO GERADOR E NÃO INCIDÊNCIA	31
SEÇÃO II	
SUJEITO PASSIVO	33
SEÇÃO III	
DAS ISENÇÕES	33
SEÇÃO IV	
BASE DE CÁLCULO, AVALIAÇÕES E ALÍQUOTAS	34
SEÇÃO V	
CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS	35
SEÇÃO VI	
LANÇAMENTO E PAGAMENTO	36
SEÇÃO VII	
INFRAÇÕES E PENALIDADES	36
SEÇÃO VIII	
DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DE OFÍCIO	37



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO V	
IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	38
SEÇÃO I	
INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO	38
SEÇÃO II	
FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTES	41
SEÇÃO III	
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS	43
SEÇÃO IV	
LANÇAMENTO E PAGAMENTO	47
SEÇÃO V	
INFRAÇÕES E PENALIDADES	48
SEÇÃO VI	
ISENÇÕES	49
CAPÍTULO VI	
DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO	50
SEÇÃO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	50
SEÇÃO II	
ISENÇÕES	51
SEÇÃO III	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	52
SUB SEÇÃO I	
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA	52
SUB SEÇÃO II	
DO CONTRIBUINTE	53
SUB SEÇÃO III	
DA BASE DE CÁLCULO	53
SUB SEÇÃO VI	
DO LANÇAMENTO	54
SUB SEÇÃO V	
DA ARRECADAÇÃO	54
SUB SEÇÃO VI	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS	54



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO V	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DE ÁREAS PÚBLICAS	55
SEÇÃO VI	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	56
CAPÍTULO VIII	
DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	57
SEÇÃO I	
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA	57
SEÇÃO II	
SUJEITO PASSIVO	58
SEÇÃO III	
DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	58
SEÇÃO IV	
DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	59
CAPÍTULO IX	
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60
SEÇÃO I	
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA	60
SEÇÃO II	
DA NÃO INCIDÊNCIA	61
SEÇÃO III	
SUJEITO PASSIVO	61
SEÇÃO IV	
DA BASE DE CÁLCULO	62
SEÇÃO V	
DO LANÇAMENTO	62
SEÇÃO VI	
DA ARRECADAÇÃO	64
SEÇÃO VII	
DAS MULTAS E ACRÉSCIMOS LEGAIS	64
SEÇÃO VIII	
DA RESTITUIÇÃO	65
SEÇÃO IX	
DAS ISENÇÕES	65



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO X	
DISPOSIÇÕES FINAIS	66
LIVRO QUATRO	
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS	66
CAPÍTULO ÚNICO	
DOS PREÇOS PÚBLICOS	66
LIVRO QUINTO	
(PARTE GERAL)	
TÍTULO I	
DAS NORMAS GERAIS TRIBUTÁRIAS.....	68
CAPÍTULO I	
DO SUJEITO PASSIVO	68
CAPÍTULO II	
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	71
CAPÍTULO III	
SEÇÃO I	
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	72
SEÇÃO II	
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	76
SEÇÃO III	
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	82
LIVRO SEXTO	
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
CAPÍTULO I	
DA FISCALIZAÇÃO	84
SEÇÃO I	
COMPETÊNCIA, ALCANCE E ATRIBUIÇÕES	84
SEÇÃO II	
APREENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS	86
CAPÍTULO II	
DA REPRESENTAÇÃO E DENÚNCIA.....	87
CAPÍTULO III	
DO SIGILO FISCAL	88
CAPÍTULO IV	



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

DO SERVIDOR FISCAL	88
CAPÍTULO V	
DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO.....	89
CAPÍTULO VI	
DA CASSAÇÃO DE REGIME OU CONTROLE ESPECIAL	89
CAPÍTULO VII	
DO ARBITRAMENTO	89
CAPÍTULO VIII	
DAS CERTIDÕES NEGATIVAS.....	90
CAPÍTULO IX	
DO PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL.....	91
SEÇÃO I	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	91
SEÇÃO II	
ATOS E TERMOS PROCESSUAIS.....	91
SEÇÃO III	
DOS PRAZOS	92
CAPÍTULO X	
DA INTIMAÇÃO.....	92
CAPÍTULO XI	
DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO	93
CAPÍTULO XII	
DA FORMAÇÃO DE EXIGÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	94
CAPÍTULO XIII	
DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO.....	94
CAPÍTULO XIV	
DO AUTO DE INFRAÇÃO.....	95
CAPÍTULO XV	
DA DEFESA.....	96
CAPÍTULO XVI	
DA DECISÃO	97
CAPÍTULO XVII	
DO RECURSO VOLUNTÁRIO	98
CAPÍTULO XVIII	



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

DOS EFEITOS DA DECISÃO E DO JULGAMENTO	98
CAPÍTULO XIX	
DA DÍVIDA ATIVA	99
SEÇÃO I	
CONSTITUIÇÃO E INSCRIÇÃO	99
SEÇÃO II	
COBRANÇA	100
SEÇÃO III	
PAGAMENTO	101
CAPÍTULO XX	
DO PROCESSO DE CONSULTA	102
CAPÍTULO XXI	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	103
ANEXO I	
LISTA DE SERVIÇOS.....	109
ANEXO II	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS.....	115
ANEXO III	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS	117
ANEXO IV	
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.....	118



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

LEI Nº 06/96

**DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO
DE PEDRA LAVRADA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Este código regula os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal, distribuição de receitas tributárias e das rendas diversas que constituem a receita do Município.

DO LIVRO PRIMEIRO
SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO ÚNICO
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 2º - A competência legislativa do município em matéria tributária é assegurada pelo disposto Art. 30, inciso Y, da Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado da Paraíba e pela Lei orgânica do Município e é exercida pelo poder Legislativo Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Código Tributário institui os seguintes tributos.

I – IMPOSTOS

- A) Sobre serviços de qualquer natureza – SI;
- B) Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI;
- C) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

II – TAXAS

- A) Decorrentes do exercício regular do poder de polícia;
- B) Decorrente da utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e municipais divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

ART. 3º - Ao município é vedado:

- I - Exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;
- II - Instituir tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos;
- III - Cobrar tributos:
 - A) Em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - B) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu os aumentou;
- IV - Utilizar tributo com efeito de confisco;
- V - Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;
- VI - Institui impostos sobre:
 - A) O patrimônio, a renda, ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
 - B) Templos de qualquer culto;
 - C) Patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos atendidos os requisitos da lei;
 - D) Livros, jornais, periódicos e papeis destinados à sua impressão;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 1- Para fins do disposto no inciso I deste artigo, não constitui aumento de tributo a atualização por índice oficial, do valor monetário da respectiva base de cálculo;
- 2- O disposto no inciso VI deste artigo, não exclui as entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, bem como não dispensa da prática de atos assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros, na forma prevista nesta lei;
- 3- Somente se aplica o disposto na alínea “a” do inciso VI deste artigo, quando o patrimônio ou o serviço se destinarem as suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;
- 4- O reconhecimento da imunidade que se trata a alínea “a” do inciso VI, deste artigo, é subordinado a observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:
 - I - Não distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
 - II - Aplicar integralmente no Município os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
 - III - Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livro revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- 5- Na inobservância do disposto nos parágrafos 2 e 4 deste artigo pelas entidades referidas no inciso VI, alínea “c”, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício;
- 6- Os serviços, a que se refere a alínea “c” do inciso VI deste artigo, são aqueles relacionados diretamente com os objetivos institucionais daquelas entidades, previstos nos respectivos estatutos ou atos constituídos.

LIVRO SEGUNDO DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

ART. 4º - Constitui infração toda ação ou omissão, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo de norma estabelecida na legislação tributária do Município.

ART. 5º - Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que ocorrem para a sua prática ou dela se beneficiarem.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

PARÁGRAFO ÚNICO – Salvo expressa disposição, a responsabilidade por infração independente da intenção do agente responsável, e da efetividade, natureza e extensão e efeitos do ato.

ART. 6º - O regulamento e os atos administrativos não poderão definir penalidades que não estejam autorizadas ou previstas em lei.

ART. 7º - Os que, antes do início de qualquer procedimento fiscal administrativo, procurarem espontaneamente a repartição fiscal competente, para sanar irregularidades, serão atendidos independentemente de penalidades, salvo se tratar de falta de lançamento ou recolhimento de tributos.

ART. 8º - O contribuinte que deixar de pagar o tributo renda ou preço público nos prazos estabelecidos no calendário fiscal ou ainda notificado em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

- I - Multa de mora;
- II - Multa de infração;
- III - Juros;
- IV - Correção monetária.

- 1- A multa de mora é calculada sobre o valor do tributo, renda ou preço público e será de trinta por cento (30%), se o débito não for pago até o último dia útil do prazo de vencimento, estabelecido no calendário fiscal.
- 2- A multa de mora será reduzida a quinze por cento (15%), quando o débito for pago até o último dia útil do mês.
- 3- A multa de infração será aplicada quando for apurada a ação ou omissão do contribuinte que importa em inobservância dos dispostos na legislação tributária.
- 4- Os juros de mora serão contados a partir do mês subsequente ao do vencimento do tributo, renda ou preço público e a razão de um por cento (1%) ao mês, calculados sobre o valor originário e não incidente sobre a correção monetária e multa de mora.
- 5- A correção monetária será aplicada de acordo com os índices e épocas fixados pelos órgãos federais competentes.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 6- Entende-se como valor originário o que corresponde ao débito do tributo, renda ou preço público, excluídas as parcelas relativas a correção monetária, juros de mora e multa de infração.
- 7- Para efeito de pagamento, os acréscimos legais, previstos na Legislação Municipal, serão calculados através de índice único, resultante da composição aritmética destes acréscimos.
- 8- Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento fiscal administrativo relacionado com a infração.

ART. 9º - É vedado:

- I - O recebimento de prestação de tributos sem provas de quitação do período anterior, salvo se o débito se encontrar inscrito em dívida ativa com parcelamento;
 - II - Receber débito com desconto ou dispensa de obrigação tributária, excetuando-se os casos de autorização legislativa ou mandato judicial;
 - III - Receber débito de qualquer natureza com dispensa de correção monetária, sem autorização legislativa.
-
- 1- A inobservância do disposto nos incisos II e III, sujeita o infrator, sem prejuízo das penalidades que lhe foram aplicáveis, a indenizar o Município em quantia igual à que deixou de receber.
 - 2- Se a infração dos incisos II e III decorrer em ordem de superior hierárquico, ficará este solidariamente responsável com o infrator.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

LIVRO TERCEIRO
DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL
TÍTULO I
IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS
CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

ART. 10º - O Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza – ISSS, tem como fato gerador a prestação de serviços por empresa ou profissional autônomo que exerça qualquer das atividades previstas na lista constante no anexo I desta lei.

- 1- Para efeito de incidência do imposto, consideram-se tributáveis os serviços decorrentes do fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de equipamentos, instalações ou insumos, ressalvadas as exceções contidas na lista constante no Anexo I desta lei.
- 2- O contribuinte que exercer, em caráter permanente ou eventual, mais de uma das atividades relacionadas no Anexo I, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

ART. 11º - A incidência do imposto independe:

- 1- Da existência do estabelecimento fixo;
- 2- Do cumprimento das exigências constantes de leis, decretos ou atos administrativos, para o exercício da atividade, sem prejuízo das comunidades cabíveis;
- 3- Do resultado financeiro obtido no exercício da atividade.

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

ART. 12º - O imposto não incide sobre os serviços:

- 1- Prestados em relação de emprego;
- 2- Prestados por diretores administradores, sócios – gerentes e membros do conselho consultivos e fiscais de sociedades em razão de suas atribuições.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO III
DA ISENÇÃO

ART. 13º - São isentos do Imposto Sobre serviços – ISS:

- 1- Os Clubes Sociais e recreativos, excluídas as receitas decorrentes de:
 - A) Venda de ingressos, inclusive convites ou mesas a não sócios;
 - B) Admissão de sócio temporário;
 - C) Prática de atividades esportivas por não sócios;
 - D) Quaisquer outras advindas de não sócios.
- 2- Os pequenos artificios, como tais considerados aqueles que em sua própria residência e sem propaganda de qualquer espécie prestam serviços por conta própria e sem empregados, não se considerando, como tais os filhos e cônjuge do responsável.
- 3- As federações, associações e clubes recreativos, devidamente legalizados, em relação aos jogos de futebol e outras atividades esportivas realizadas sob a responsabilidade direta dessas entidades.
- 4- O motorista profissional proprietário de uma única viatura, por ele própria dirigida.
- 5- As microempresas, entendidas como tais as pessoas jurídicas e as formas individuais que obtenham, no ano anterior ao da concessão desse benefício, receita bruta total igual ou inferior a 350 (trezentos e cinquenta) Unidade Fiscal de Pedra Lavrada, apurado com base nos valores desta mesma unidade no mesmo período da ocorrência do fato gerador:
 - A) Na apuração da receita bruta anual total da microempresa devem ser computadas todas as receitas da empresa, sem quaisquer deduções, de todos os seus estabelecimentos, prestadores ou não de serviço;
 - B) No primeiro ano de atividade, a microempresa pode usufruir, imediatamente de forma provisória desse benefício fiscal se a previsão de sua receita bruta para o período ente o início de sua atividade e o final do exercício não exceder o limite que trata o inciso 5 na proporção do número de meses restantes ao fim do exercício;
 - C) Na hipótese de previsão da receita que trata o inciso 5, superar o limite ali estabelecido, o contribuinte perde, imediatamente, o direito à isenção, sujeitando-se ao pagamento do imposto atualizado monetariamente desde o início de sua atividade.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 6- As atividades Artísticas de show musical, teatro e congêneres, realizadas com artistas com domicílio no Estado da Paraíba, devidamente atestado pela Divisão de Educação Física, Desporto e Promoção Cultural da Secretaria de Educação e Cultura do Município de **PEDRA LAVRADA**, ou órgão que o substitua.
- A) Em 50% (cinquenta por cento) sobre as atividades artísticas a que se refere o inciso 6, com artistas de outro Estado, desde que se destine ao pagamento de apresentação preliminar, no mesmo evento com artistas com domicílio no Estado da Paraíba.
- 7- As apresentações de shows e espetáculos culturais realizados em prédios públicos Municipais, Estaduais e Federais, mediante convenio firmado entre a edilidade e as partes interessadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista deste Município.

PARÁGRAFO ÚNICO – As isenções que tratam os incisos 1 a 6 deste artigo não excluem os contribuintes beneficiados da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, sob pena de perda dos benefícios e sem prejuízos das cominações legais.

ART. 14º - As isenções de que se trata o artigo 13 são requeridas ao Prefeito Municipal de Pedra Lavrada, nas formas e prazos que dispuser o regulamento.

ART. 15º - Ficam excluídas da isenção de que se trata o inciso 5 do artigo as empresas:

- I - Constituídas sob a forma de sociedade por ações;
- II - Em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou ainda, pessoa física estabelecida ou domiciliada no exterior;
- III - Que participem do capital de outra jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes de 13 de junho de 1985;
- IV - Cujo titular, sócio ou respectivos cônjuges, participem com mais de 5% (cinco por cento) do capital de outra pessoa jurídica ou tenham participado de microempresa que tenha perdido o direito à isenção nos 5 (cinco) anos anteriores ao da constituição dessa, em razão de excesso de receita bruta anual total;
- V - Que realizam operações relativas a:
 - A) Importações de produtos estrangeiros;
 - B) Compra e venda, loteamento, incorporação, locação, administração ou construção de imóveis;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

C) Armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

Do exercício não exceder o limite de que trata o inciso 5 na proporção do número de meses restantes ao fim do exercício;

D) Seguro e distribuição de títulos e valores imobiliários;

E) Publicidade e propaganda;

F) Diversões públicas;

VI - Que prestem serviços profissionais de médicos, analistas, clínicos, dentistas, veterinários, advogados, economistas, geólogos, administradores de empresas, despachantes, contadores, engenheiros, arquitetos, urbanistas e outros serviços que sejam assemelhados.

ART. 16º - perde definitivamente a isenção concedida a microempresa que:

I - Se enquadre em uma hipótese de exclusão prevista no artigo anterior.

II - Obtenha receita bruta anual total ou superior ao limite de que trata o artigo 13, inciso 5, durante 2 (dois) anos consecutivos ou três alternados.

SEÇÃO IV DOS CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

ART. 17º - Contribuinte do imposto é o prestador de serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prestador de serviço é o profissional autônomo ou a empresa que exerça em caráter permanente ou eventual, qualquer das atividades constantes no anexo I.

ART. 18º - Para os efeitos do imposto, entende-se:

I - Por pessoa:

A) A pessoa jurídica, inclusive a sociedade de fato, que exerça atividade econômica de prestação de serviços;

B) A firma individual que exerça atividades econômicas de prestação de serviços;

II - Por profissional autônomo:

A) O profissional liberal, assim considerado aquele que desenvolve atividade intelectual, de nível universitário ou a este equiparado de forma autônoma;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

B) O profissional não liberal que desenvolve atividades de nível não universitário de forma autônoma.

ART. 19º - Considera-se solidariamente responsável pelo imposto o prestador de serviço sob a forma de trabalho remunerado, quando:

- I - O prestador de serviço não comprovar sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes.
 - II - O prestador de serviço, obrigado a emissão de nota fiscal, deixar de fazê-lo.
 - III - A execução de serviços de construção civil for efetuada por prestador de serviço com domicílio fiscal fora deste município.
- 1- Nas hipóteses previstas neste artigo cabe ao responsável reter na fonte, o valor correspondente ao imposto devido.
 - 2- Caso não seja efetuado o desconto na fonte a que está sujeito o responsável ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não descontado e acrescido, quando for o caso, de multa, juros e correção monetária.
 - 3- Quando o prestador de serviço for profissional autônomo não inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes, o imposto será descontado na fonte na razão de 2 (duas) UFPL, não podendo, porém, em nenhuma hipótese, o valor descontado na fonte ser superior a 5% (cinco por cento) do preço do serviço.

ART. 20º - O titular do estabelecimento em que estejam instaladas máquinas e aparelhos pertencentes a terceiros, solidariamente responsável pelo imposto referente a exploração destes equipamentos.

PARÁGRAFO ÚNICO – A solidariedade de que se trata este artigo compreende também juros e correção monetária na hipótese de que o imposto vir a ser recolhido com atraso.

ART. 21º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigação tributária resultante de atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatuto:

- I - Os diretores, administradores, sócios gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado;
- II - Os mandatários, propostos e empregados;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO V DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ART. 22º - Considera-se local de prestação de serviços:

- I - O do estabelecimento prestador, ou, na falta do estabelecimento, o do domicílio do prestador de serviço;
- II - O local onde se efetuar a prestação do serviço, no caso de construção civil.

SEÇÃO VI DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

ART. 23º - A base do cálculo do ISS é o preço do serviço.

- 1- Considera-se preço do serviço, tudo que for recebido ou devido em consequência da sua prestação.
- 2- Quando a contraprestação se verificar através de troca do serviço sem ajuste de preço ou seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, a base de cálculo do imposto será o preço do serviço corrente na praça.
- 3- No caso de concessão de desconto ou abatimentos sujeito a condição, a base de cálculo será o preço do serviço, sem levar em conta a concessão.
- 4- Quando se tratar de prestação de serviços executados por agências de turismo, concernentes à venda de passagem, organização de viagens ou excursões, ficam excluídas do valor do serviço, para efeito da caracterização da base de cálculo do imposto, os valores relativos as passagens aéreas e terrestres, os de hospedagem dos viajantes e excursionistas, desde que pagos a terceiros, devidamente comprovado.
- 5- Na prestação de referidos nos itens 31 e 33 do anexo I, a base de cálculo é o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:
 - I - Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços;
 - II - Ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.
- 6- Incorporam-se ao preço do serviço os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza ainda que de responsabilidade de terceiros.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

7- Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a base de cálculo do imposto, em até 50% (cinquenta por cento), quando para a execução for empregado material, ou utilizado serviço de terceiros já tributados, ou em atenção a relevantes sociais.

ART. 24º - As alíquotas do imposto nas atividades em que o preço do serviço for utilizado como base de cálculo são as seguintes:

- I - Execução das obras hidráulicas e de construção civil e engenharia consultiva a elas relativas - 4% (quatro por cento);
- II - Empresas de rádio, jornal e televisão – 2% (dois por cento);
- III - Agências de propagandas – 2,5% (dois e meio por cento);
- IV - Diversões públicas – 4% (quatro por cento);
- V - Demais atividades – 4% (quatro por cento).

ART. 25º - O imposto devido pelo profissional autônomo em decorrência da prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal, será cobrada da seguinte forma:

- I - 300% (trezentos por cento) da Unidade Fiscal de Pedra Lavrada (UFPL), em relação aos profissionais liberais;
- II - 200% (duzentos por cento) da UFPL, em relação aos autônomos que exercem atividades técnicas de nível médio, inclusive despachante, corretor, representante, agente, cabeleireiro, decorador, fotógrafo, leiloeiro, motorista, parteira, publicitário, redator, repórter, tradutor, intérprete;
- III - 60% (sessenta por cento) da UFPL em relação aos autônomos cujas atividades não estejam enquadradas nos itens anteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será concedido um desconto de 10% (dez por cento) do valor do imposto de que se trata este artigo, quando recolhido integralmente até a data de vencimento da primeira parcela.

ART. 26º - Quando os serviços a que se refere os itens 1, 4, 7, 23, 49, 85, 87 do anexo I forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma prevista no “caput” do artigo anterior, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio empregado ou não



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável:

- 1- O disposto neste artigo não se aplica a sociedade em que existam:
 - I - Sócio não habilitado ao exercício da atividade desenvolvida pela sociedade;
 - II - Sócio pessoa jurídica;
 - III - A utilização de serviços de terceiros pessoa jurídica, relativos ao exercício da atividade desenvolvida pela sociedade;
 - IV - Também o exercício de atividades não previstas nos itens especificados deste artigo.
- 2- Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior a sociedade pagará o imposto, tendo como base de cálculo o preço do serviço, observada a respectiva alíquota.

ART. 27º - Quando o serviço for prestado por profissional autônomo que não comprove sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes, o imposto será descontado na fonte, na forma prevista no item 3 do artigo 19.

ART. 28º - As informações individualizadas sobre serviços prestados a terceiros, necessários a comprovação dos fatos geradores citados nos itens 90 e 91 do anexo I serão prestados pelas instituições financeiras na forma prevista pelo inciso II, do artigo 197, da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1986, do Código Tributário Nacional, (Bancos, Casas Bancárias, Caixas Econômicas e demais Instituições Financeiras).

ART. 29º - A base de cálculo do imposto poderá ser arbitrada pela autoridade fiscal quando:

- 1- Os registros fiscais e contábeis, bem como as declarações ou documentos fiscais exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, sejam omissos ou não mereçam fé;
- 2- O contribuinte responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir a fiscalização dos elementos necessários a comprovação do valor dos serviços prestados;
- 3- O contribuinte não possuir ou deixar de exibir os livros ou documentos fiscais em razão de perda ou extravio;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 4- For comprovada a existência de fraude ou sonegação evidenciada pelo exame de livros ou documentos fiscais, ou comerciais, exibidos pelo, contribuinte, ou quando constatada por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;
- 5- O contribuinte reiteradamente deixar de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente;
- 6- O prestador de serviço não estiver devidamente inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

ART. 30º - Verificadas as ocorrências do artigo anterior, a autoridade fiscal arbitrará a base de cálculo do imposto considerando:

- I - As somas das seguintes despesas relativas ao período imediatamente anterior aquele em que a base de cálculo do imposto está sendo arbitrada:
 - A) O valor dos materiais consumidos ou aplicados;
 - B) O valor das despesas com pessoal;
 - C) O valor das despesas de aluguel de bens imóveis;
 - D) O valor das despesas gerais de administração bem como financeiras e tributárias;
- II - A receita do mesmo período de exercício anterior.
 - 1- Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento nas formas previstas nos incisos I e II deste artigo, considerar-se-ão para apuração da receita, isolada ou cumulativamente, os seguintes elementos:
 - A) Os recolhimentos efetuados no período, pós outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;
 - B) As condições peculiares ao contribuinte e sua atividade econômica;
 - C) Os preços correntes neste Município, na época a que se referi o arbitramento.
 - 2- Os valores e a receita de que tratam, respectivamente, os incisos I e EE e o 1 alínea "c", deste artigo, serão atualizados monetariamente com base nos itens e épocas fixados pelos órgãos federais competentes.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO VII DA ESTIMATIVA

ART. 31º - O contribuinte poderá recolher o imposto por estimativa, a critério da autoridade competente quando:

- I - Se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II - O contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;
- III - Se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem tratamento fiscal específico.

PARÁGRAFO ÚNICO – Considera-se atividade exercida em caráter provisório, aquela cujo exercício seja de natureza temporária e esteja vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

ART. 32º - Na fixação da base de cálculo do imposto por estimativa levar-se-á em conta os seguintes elementos:

- I - O preço corrente do serviço, na praça;
- II - O tempo de duração e natureza específica da atividade; "
- III - O valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período do considerado para cálculos de estimativa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de enquadramento do contribuinte com atividade de caráter provisório ou no exercício de seu primeiro ano de atividades, considerar-se-á apenas o preço do serviço.

ART. 33º - Os contribuintes enquadrados no regime de estimativa poderão, a critério do Secretário de Finanças, ser feito individualmente, por categoria de contribuintes ou grupos de atividade econômica.

ART. 34º - O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério do Secretário de Finanças, ser feito individualmente, por categoria de contribuintes ou grupos de atividades econômica.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

1. A autoridade referida no "caput" deste artigo poderá, a qualquer tempo, suspender a aplicação do sistema previsto nesta seção, de modo individual ou geral, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as parcelas mensais subsequente à revisão.
2. Quando o enquadramento do contribuinte ou do grupo de contribuintes de uma mesma atividade no regime de estimativa, será fixado o prazo de sua aplicação.

SEÇÃO VIII DO LANÇAMENTO

ART.35º - O lançamento do imposto será feito:

I - Mensalmente:

- A) Quando a base de cálculo for o preço do serviço através de declaração do contribuinte mediante registro nos livros e documentos fiscais e contábeis, sujeita a posterior homologação pelo Fisco.
- B) Quando se tratar de sociedade de profissionais, objetivando o disposto no artigo 26 sujeito a posterior homologação pelo Fisco.
- C) Por estimativa, de ofício, observado o disposto no artigo 29.

II - Anualmente em épocas fixadas pelo Poder Executivo no caso das atividades referidas no art. 23.

ART. 36º - Os lançamentos relativos a períodos fiscais anteriores, com aplicação de penalidades cabíveis, serão feitos:

I - De ofício, através, do auto de infração;

II - Através de denuncia espontâneas de debito, feita pelo próprio contribuinte, observando o disposto no art. 7.

SEÇÃO IX DO RECOLHIMENTO

ART. 37º - O recolhimento do imposto será efetuado nos órgãos arrecadadores, através



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

do Documento de Arrecadação Municipal- DAM, em modelo aprovado pelo poder Executivo, nos seguintes prazos:

- I - Mensalmente, nas datas fixadas pelo Secretário de Finanças, nas hipóteses do artigo 24 e quando se tratar de imposto descontado na fonte.
- II - Anualmente nas datas fixadas pelo Secretário de Finanças, no caso dos artigos 24 e 25.
- III - 24 (vinte e quatro) horas, após ocorrido o fato gerador, quando se tratar de diversões públicas, cujo prestador de serviço não tenha domicílio neste Município.

- 1- O recolhimento do imposto descontado na fonte, ou em sendo o caso, a importância que deveria ter sido descontada, far-se-á em nome do responsável pela retenção, observando-se quanto ao prazo de recolhimento, o disposto no inciso I deste artigo.
- 2- Independentemente dos critérios estabelecidos neste artigo, poderá autoridade administrativa, atendendo à peculiaridade da atividade e às conveniências do Fisco e do contribuinte, adotar outras modalidades de recolhimento, inclusive em caráter de substituição.

ART. 38º - Considera-se contribuinte distintos, para efeito de pagamento do imposto, os que, embora no mesmo local, com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes empresas.

ART. 39º - São responsáveis pelo pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, qualificados como substitutos tributários.

- I - Em relação aos serviços que lhe forem prestados sem comprovação de inscrição no Cadastro Fiscal, ou emissão de nota fiscal:
 - A) As pessoas físicas ou jurídicas;
 - B) O proprietário do imóvel, pela execução material de projeto de engenharia;
 - C) As entidades esportivas, os clubes sociais as empresas de diversões públicas, inclusive teatros;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- D) Os condomínios residenciais ou comerciais;
 - E) As associações com ou sem fins lucrativos, de qualquer finalidade.
- II - Em relação a quaisquer serviços que lhes sejam prestados:
- A) As pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade com isenção tributária;
 - B) As entidades ou órgão da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.
- III - As empresas de construção civil, em relação aos serviços subempreitados;
- IV - As empresas locadoras de aparelhos ou máquinas fotocopiadoras tipo xerox e semelhantes, em relação aos locatários que utilizem tais aparelhos para serviços remunerados relativos a emissão de copias para terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fonte pagadora dos serviços é obrigada a dar ao contribuinte comprovante do valor da retenção do imposto sobre serviços e recolhê-los no prazo fixado no calendário fiscal.

ART. 40º - Considera-se devido o imposto:

- I - Para as empresas enquadradas no inciso I, II, III e IV do artigo 24 a partir do dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;
- II - Para os contribuintes definidos nos incisos I, II e III, do artigo 25, nos prazos fixados no calendário fiscal do Município;
- III - Do recebimento do aviso de crédito, para os contribuintes que pagam o imposto sobre comissão;
- IV - Da emissão da fatura ou do título de crédito que a dispense.

SEÇÃO X DO DOCUMENTO FISCAL

ART. 41º - Os contribuintes do imposto ficam obrigados a manterem uso da escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 42º - Ficam instituídos o Livro de registro do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. A Nota Fiscal de Serviços e a Nota Fiscal - Fatura de Prestação de Serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - É facultado ao poder Executivo instituir outros livros e documentos fiscais para controle da atividade do contribuinte.

ART. 43º - Ato ou poder executivo estabelecerá os modelos dos livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes devendo a escrita fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimento ou, na falta desses em seu domicílio.

ART.44º - Os livros e documentos fiscais que são de exibição obrigatória ao servidor fiscal não poderão ser retirados do estabelecimento sob qualquer pretexto.

- I - Consideram- se retirados os livros e documentos que não forem exibidos ao servidor fiscal, no momento em que forem solicitados.
- II - A impressão, autenticação e utilização do documento fiscal de que trata esta seção dependerá de normas regulamentadoras baixadas pelo Prefeito Municipal e o Secretário de Finanças.
- III - Quando a prestação de serviços do contribuinte for eventual ou não constar de sua ficha cadastral é obrigatório o uso de documento fiscal.

ART. 45º- Compete ao Poder Executivo, através de administrativo, permitir a dispensa de impressão e autenticação dos livros e notas fiscais, bem como a de sua escrituração ou emissão.

ART.46º- Poderá o servidor fiscal utilizar outros documentos que considerar necessário para o bom desempenho da ação fiscalizadora.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO XI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

ART. 47º - São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

- I - No valor de 20% (vinte por cento) da UFPL, por cada nota fiscal ou nota fiscal fatura emitida sem autorização pela autoridade administrativa competente.
- II - No valor de 50% (cinquenta por cento) da UFPL, a falta de declaração do contribuinte quando não tenha exercido atividade tributável, por mês não declarado.
- III - No valor de 1 (uma) UFPL, por cada nota fiscal ou nota fiscal faturada não entregue ao tomador do serviço;
- IV - No valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo corrigido:
 - A) A falta de retenção na fonte, quando obrigatória;
 - B) A falta de declaração, após o prazo, dentro do mês de vencimento do imposto.

- V- No valor de 100% (cem por cento) do tributo corrigido, a falta da declaração após o primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento do imposto;
- VI- No valor de 4 (quatro) UFPL, o exercício de atividades por contribuintes de reduzido movimento econômico ou por profissional autônomo sem inscrição no cadastro fiscal.
- VII- No valor de 15 (UFPL):
 - A) A falta do livro de registro do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza- ISS;
 - B) A falta de escrituração do livro de Registro do Imposto ou o seu uso sem a devida autenticação pela autoridade competente.
- VIII- No valor de 20 (vinte) UFPL:
 - A) O funcionamento de empresa de prestação de serviços sem inscrição no Cadastro Fiscal;
 - B) O embarço a ação fiscal.
- IX- No valor de 200% (duzentos por cento) do tributo corrigido:
 - A) A retenção na fonte sem o recolhimento à Fazenda Municipal;
 - B) A sonegação verificada em face do documento, exame de escrita mercantil e/ou fiscal ou elementos de qualquer natureza que o comprove.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 1- Na reincidência de infração decorrente de obrigação acessória a multa será aplicada em dobro;
- 2- No concurso de infrações, as penalidades são aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

CAPÍTULO II
DOS SISTEMAS ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO
SEÇÃO I
DAS EMPRESAS DE HOTELARIA

ART. 48º- Os hotéis de Turismo assim definidos, pela Empresa Brasileira de Turismo e Conselho Nacional de Turismo a serem implantadas a contar desta Lei, pagarão 50% (cinquenta por cento) do ISS, incidentes sobre a construção a título de incentivo ao turismo.

ART. 49º- Os incentivos de que se trata o artigo anterior, serão outorgados exclusivamente a empreendimentos hoteleiros que satisfaçam os incisos II, IV, V e VI, do artigo 2 do Decreto Federal de N° 63.067, de 31/07/1970.

ART. 50º - Perderá o direito aos incentivos da presente lei, aqueles que não implantarem sua indústria no prazo de 02(dois) anos, após o deferimento do Poder Executivo.

ART.51º - Os hotéis de turismo de que trata o artigo 48, gozarão de um incentivo fiscal de 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre Serviços - ISS, referente a sua atividade hoteleira, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data do início do funcionamento.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para que a empresa goze do incentivo de que se trata este artigo é necessário que satisfaça o disposto nos artigos 49 e 50 desta lei.

ART. 52º - A concessão do incentivo de que trata o artigo anterior somente poderá ser efetuada a partir do deferimento do pedido formulado pelo contribuinte.



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 53º - Incorrerá na perda automática e total do incentivo, o empreendimento hoteleiro beneficiado que:

- I- Não recolher na forma prevista nesta lei o Imposto Sobre Serviço – ISS, relativamente a 3 (três) períodos fiscais consecutivos, ou não, de um mesmo exercício;
- II- Deixar de reter e recolher, no prazo, legal, o Imposto Sobre Serviço - ISS, quando cabível;
- III- Cometer crime de sonegação ao fiscal.

SEÇÃO II

DAS EMPRESAS DE HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE, MATERNIDADES E PRONTO SOCORRO

ART.54º - Os hospitais, Casa de Saúde, Maternidades e Pronto Socorro, pagarão o Imposto Sobre Serviços no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor total do faturamento, aplicando-se a alíquota referente ao inciso V, do artigo 24 desta lei.

ART.55º - As empresas de que se trata o artigo anterior ficam obrigados a escrituração do Livro de Registro de Prestação de Serviços, que será efetuado da seguinte maneira:

- I- Na coluna "preço do serviço", será registrado o valor total (receita bruta) do serviço;
- II- Na coluna "valor do material aplicado" será registrado o valor correspondente ao incentivo fiscal concedido;
- III- Na coluna "valor tributável", será registrado o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre o qual incidirá o ISS.



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56º - Ficam obrigadas todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou responsáveis por tributos municipais, inclusive as imunes ou isentas, e que participem direta ou indiretamente de atividades relacionadas a prestação de serviços, ao cumprimento das obrigações acessórias previstas nesta lei e em seu regulamento, salvo expressa determinação legal em contrário.

ART. 57º - As obrigações acessórias previstas neste capítulo e no regulamento não excluem outras de caráter geral comuns aos demais tributos de que se trata esta lei.

ART. 58º - Os contribuintes poderão ser autorizados a utilizar regimes especial para a emissão e escrituração de livros e documentos fiscais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Executivo, através da Secretaria de Finanças poderá autorizar a centralização e o recolhimento do Imposto em um dos estabelecimentos que o contribuinte mantenha no Município de PEDRA LAVRADA.

CAPÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

SEÇÃO I

FATO GERADOR E NÃO INCIDÊNCIA

ART. 59º - O imposto Sobre a Transmissão de Inter Vivos, de bens imóveis e de direitos a ele relativos tem como fato gerador:

- I- A transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso de sua propriedade ou de domínio útil de bens de imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na Lei Civil, entre outras consequências de:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- A) Compra e venda pura ou com cláusulas especiais;
- B) Arrematação ou adjudicação;
- C) Mandato ou causa própria e seus estabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais a compra e venda;
- D) Permuta ou doação em pagamento;
- E) O excesso de bens imóveis sobre o valor do quinhão da meação partilhada ou adjudicado nas separações judiciais, a cada um dos cônjuges, independentes de outros valores partilhados ou adjudicados, ou ainda dívida do casal;
- F) A diferença entre o valor da quarta parte material recebido por um ou mais condôminos, na divisão para extinção de condôminos, e o valor de sua quinta parte ideal.
- G) O excesso de bens imóveis sobre o valor do quinhão hereditário ou da meação partilhado ou adjudicado a herdeiros ou meeiros;
- H) A transferência de direitos sobre construções existentes em terreno alheio, ainda que feito ao proprietário do solo.

II- A transmissão Inter Vivos, a qualquer título por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia como definida na Lei Civil;

III- A cessão de direitos por ato oneroso relativo às transmissões referidas nos incisos anteriores.

ART. 60º - O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior:

- I- Quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
- II- Quando decorrentes da incorporação, fusão, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

PARÁGRAFO ÚNICO - O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alternantes, de bens e direitos, adquiridos na hipótese no inciso I deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

ART. 61º - O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 1- Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 02 (dois) anos anteriores e nos 02 (dois) anos subsequentes à aquisição decorrer de transações mencionadas neste artigo.
- 2- Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 02 (dois) anos antes delas, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 03 (três) primeiros anos seguintes a data de aquisição.
- 3- Verificada a preponderância referida neste artigo, tomar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente, à data da aquisição, sobre o valor do bem de direito nessa data.
- 4- O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

ART. 62º - Contribuinte do Imposto é adquirente de bens ou direitos e no caso da cessão de direitos, o cedente.

PARÁGRAFO ÚNICO - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido, os alienantes, concessionários, tabeliães e serventuários de ofício, nos atos que intervierem ou pelas omissões que forem responsáveis.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

ART. 63º - É isenta do imposto a primeira transmissão da habitação popular destinada a moradia do adquirente desde que outra não possua no seu nome ou no nome de outro conjugue, no território de seu domicílio.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para fins do que se trata este artigo fica caracterizado como "habitação popular":

- I- O imóvel deve ter área de construção igual ou inferior a 40 m² (quarenta metros quadrados);



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- II- O valor venal não deverá ultrapassar a 25 UFPL;
- III- Não deverá haver suíte, o acabamento deverá ser de baixo padrão tipicamente popular.

SEÇÃO IV BASE DE CÁLCULO, AVALIAÇÕES E ALÍQUOTAS

ART.64º - A base de cálculo do imposto é:

- I- Nas transmissões em geral, a título oneroso, o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, desde que com eles concorde a autoridade administrativa tributária;
- II- Na arrematação judicial ou administrativa, adjudicação, remissão ou leilão, o preço do maior lance, quando a transferência, do domínio se fizer para o próprio arremate;
- III- Nas transferências de domínio, em ação judicial inclusive declaratória de usucapião, o valor real apurado;
- IV- Nas ações em pagamento, o valor venal do imóvel dado para solver os débitos, não importando o montante destes;
- V- Nas permutas, o valor venal de cada imóvel permutado;
- VI- Na instituição ou extinção de fideicomisso e na instituição de usufruto, o valor venal do imóvel no apurado momento de sua avaliação, quando da instituição ou extinção referidas reduzido à metade;
- VII- Na transmissão do domínio útil, o valor do direito transmitido.
- VIII- Nas cessões "inter vivos" de direitos reais relativos a imóveis, o valor venal do imóvel no momento da cessão;
- IX- No resgate da enfiteuse, o valor pago, observada a lei civil.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas arrematações judiciais, inclusive adjudicações e remissões, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor da avaliação, judicial e não havendo esta, ao valor da administrativa.

ART 65º - O valor venal, exceto os casos expressamente consignados em lei e no regulamento, será o decorrente da avaliação de iniciativa da autoridade administrativa tributária, ressalvado o contribuinte o direito de requerer avaliação contraditória, administrativa ou judicial;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- I- A autoridade administrativa tributária utilizará tabelas de preços para avaliação dos imóveis, cujos valores servirão de teto mínimo, ressalvada a avaliação contraditória;
 - 1- As tabelas referidas no parágrafo anterior, serão elaboradas considerando, dentre outras, os seguintes elementos:
 - I- Preços correntes das transações e das ofertas de venda no mercado;
 - II- Custos de construção e reconstrução;
 - III- Zona em que se situa o imóvel;
 - IV- Outros critérios técnicos;

ART. 66º - Apurada a base de cálculo, o Imposto será calculado mediante aplicação das seguintes alíquotas:

- I- Nas transmissões relativas ao Sistema Financeiro de Habitação que se refere a Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a legislação complementar:
 - A) Sobre o valor efetivamente financiado 0,5% (meio por cento);
 - B) Sobre o valor restante 2,0% (dois por cento).

- II- Nas demais transmissões a título oneroso 3% (três por cento).

SEÇÃO V CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

ART. 67º - São contribuintes do imposto:

- I- Nas transmissões, por ato oneroso, o adquirente;
- II- Nas cessões de direito, o cessionário;
- III- Nas permutas, cada um dos participantes.

ART. 68º - Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

- I- O transmitente;
- II- O cedente;
- III- Os tabeliães, escrivães, e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ou perante eles praticados, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

SEÇÃO VI LANÇAMENTO E PAGAMENTO

ART. 69º - O imposto será lançado através de Guia de Informações, segundo modelo aprovado em ato administrativo do Poder Executivo, que disporá ainda sobre a forma e o local de pagamento.

ART. 70º - O imposto será pago:

- I- Antecipadamente, até a data da lavratura do instrumento hábil que servir de base à transmissão;
- II- Até 30 (trinta) dias, contados da data de decisão transitada em julgado, se o título de transmissão for decorrente de sentença judicial.

ART. 71º - O imposto será instruído, no todo ou em parte, na forma que dispuser o regulamento, nas seguintes hipóteses:

- I- Quando não se realizar o ato ou o contrato em virtude do qual houver sido pago;
- II- Quando declarada a nulidade do ato ou contrato em virtude do qual o imposto houver sido pago em decisão judicial passado em julgado;
- III- Quando for reconhecida, posteriormente ao pagamento do imposto, a não incidência ou o direito à isenção;
- IV- Quando o imposto houver sido pago a maior.

SEÇÃO VII INFRAÇÕES E PENALIDADES

ART. 72º - São passíveis de multa de 200 (duzentos por cento) do valor do imposto, nunca inferior a 10 (dez) UFPL, os tabeliães, escrivães e oficiais de registro de imóveis quando lavrarem registro ou averbação de atas, escrituras, contratos ou títulos de qualquer natureza,



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

sem a prova do pagamento do imposto.

ART. 73º - São infrações as situações a seguir indicadas, sujeitando o infrator as seguintes penalidades:

- I- 100 (cem por cento) do tributo corrigido:
 - A) As ações ou omissões que induzem a falta de lançamento;
 - B) As ações ou omissões que resultem em lançamento de valor inferior ao real da transmissão ou cessão de direitos.

- II- 50% (cinquenta por cento) do tributo corrigido quando houver infração diversa das tipificadas no inciso anterior.

SEÇÃO VIII DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DE OFÍCIO

ART. 74º- Os serventuários que tiverem que lavrar instrumentos translativos de bens e de direitos sobre imóveis, de que resulte obrigação de pagar o imposto municipal, exigirão que lhes seja apresentado o comprovante do seu recolhimento ou o recolhimento da não incidência ou do direito à isenção, conforme o disposto em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão transcritos nos instrumentos públicos, quando ocorrer a obrigação de pagar o imposto antes de sua lavratura, elementos que comprovem esse pagamento ou reconhecimento da não incidência ou isenção.

ART. 75º- Nas transações em que figurem como adquirente, ou cessionário, pessoas imunes ou isentas, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão, expedida pela autoridade fiscal, como se dispuser em ato do Poder Executivo.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO V

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

SEÇÃO I

INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

ART. 76º - Serão obrigatoriamente inscritas no Cadastro Imobiliário, todas as unidades imobiliárias existentes neste Município, ainda que sejam beneficiadas por imunidade ou isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

- 1- Para efeitos tributários a inscrição de cada unidade imobiliária constituída de terreno com ou sem edificação, será única, não importando o seu uso;
- 2- Para a caracterização da unidade imobiliária deverá ser considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não a da descrição contida no respectivo título de propriedade, domínio ou posse;
- 3- No caso da não coincidência, o fato será comunicado aos órgãos municipais competentes para as devidas anotações.

ART.77º - A inscrição cadastral da unidade imobiliária será promovida, de forma excludente, na seguinte ordem:

- I- Pelo proprietário, pelo titular do domínio útil ou pelo detentor da posse;
- II- Pela enfiteuse, usufrutuário ou judiciário;
- III- Pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, nos casos de unidade imobiliária pertencente a espólio, massa falida, massa liquidanda ou sucessora;
- IV- Pelo compromissário, vendedor ou comprador, quando se tratar de compra e de venda;
- V- Pelo ocupante ou posseiro de unidade imobiliária da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- VI- De Ofício, através de auto de infração ou autoridade administrativa tributária.

- 1- A inscrição da unidade imobiliária será efetuada através de petição, constando as áreas do terreno e da edificação, o uso, as plantas de situação e localização, o título de propriedade, domínio ou posse e outros elementos exigidos em ato administrativo do



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

Poder Executivo.

- 2- As alterações relativas à propriedade, ao domínio útil, à posse do imóvel, as características físicas e ao uso serão comunicadas a autoridade administrativa tributária que fará as devidas anotações no Cadastro Imobiliário.
- 3- O prazo para a inscrição cadastral e para a comunicação de alterações o imóvel
- 4- A comunicação das alterações na unidade imobiliária por iniciativa do contribuinte se implicar na redução ou isenção do imposto só será admitida mediante a comprovação do erro em que se fundamentou o lançamento.
- 5- Toda vez que ocorrer alteração de logradouro promovida pelo poder público, fica o órgão competente obrigado a deixar fazer o lançamento de ofício que passa a vigorar a partir do exercício seguinte, notificando o contribuinte.

ART. 78º - Quando o terreno e a edificação pertencerem a pessoas diferentes, far-se-á, sempre, a inscrição em nome do proprietário da edificação anotando-se o nome do proprietário do terreno.

- 1- Não sendo conhecido o proprietário do imóvel, promover-se -á a inscrição em nome de quem esteja no uso e gozo do mesmo.
- 2- Quando ocorrer o desaparecimento de edificação, o terreno será lançado em nome do seu proprietário, conservando-se para a área correspondente o mesmo nº de inscrição.
- 3- As retificações de nome e de proprietário, em consequência da aplicação do nº 1 deste artigo poderão ser precedidas mediante prova de propriedade, domínio útil ou a posse do bem imóvel, alvará de licença para construção e outros documentos especificados em regulamento.

ART. 79º - As edificações realizadas em desobediência as normas vigentes, serão inscritas e lançadas para efeito de incidência do imposto.

- 1- A inscrição e os efeitos tributários referidos neste artigo não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao detentor da posse a qualquer título, bem como não exclui o direito do Município promover a adequação da edificação as normas legais, sem prejuízo das demais medidas a inscrição ou a anotação das alterações do imóvel no cadastro, não tiverem sido providenciadas.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 80º - Na inscrição da unidade imobiliária, será considerado com domicílio tributário:

- I- No caso de terreno sem edificações, o que for escolhido e informado pelo contribuinte;
- II- No caso de terreno com edificação, o local onde estiver situada a unidade imobiliária ou o endereço de opção do contribuinte.

ART. 81º- O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária, dar-se á mediante petição encaminhada pelo contribuinte e será efetuado somente nas seguintes condições:

- I- Erro de lançamento que justifique o cancelamento;
- II- Remembramento de lotes em loteamento já aprovado e inscrito, após o despacho do órgão competente;
- III- Remembramento de unidades imobiliárias autônomas inscritas, após despacho do órgão competente;
- IV- Alterações de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despacho.

ART. 82º- Quando ocorrer demolição, incêndio ou qualquer causa que importe em desaparecimento da benfeitoria, sempre será mantido o mesmo número de inscrição, bem como nos casos de extinção de aforamento, arrendamento ou qualquer ato que tenha motivado o desmembramento do terreno.

ART. 83º - A unidade imobiliária que se limita com mais de um logradouro será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro mais valorizado, independentemente do seu acesso.

ART. 84º - Os responsáveis por qualquer tipo de parcelamento do solo ao requerer a inscrição dos lotes no cadastro imobiliário, deverão anexar ao pedido a planta da área parcelada e remeter mensalmente a Secretaria de Finanças a relação de lotes que, no mês anterior, tenham sido alienados ou prometidos a venda, mencionando o nome do adquirente ou promissário compradores, seu endereço, bem como o nome do logradouro, número da quadra e número



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

metro linear do lote.

ART. 85º - O Poder Executivo expedirá os atos administrativos necessários à regulamentação das normas referentes à inscrição no cadastro imobiliário, a partir da data de publicação desta lei.

SEÇÃO II

FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTE

ART.86º - O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana do Município.

- 1- Considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia do exercício a que corresponde o imposto;
- 2- Considera-se zona urbana aquela definida por lei municipal, desde que possua, no mínimo, dois dos melhoramentos indicados a seguir, construídos ou mantidos pelo poder público:
 - I- Meio-fio ou calçamento, com canalização das águas pluviais;
 - II- Abastecimento de água;
 - III- Sistema de esgotos sanitários;
 - IV- Rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
 - V- Escola primária ou posto de saúde a distância máxima de 3(três) quilômetros do imóvel considerado.
- 3- As áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constante de loteamentos destinados à habitação, indústrias, comércio, recreação ou lazer, são também considerados como zonas urbanas para fins de incidência de imposto.

ART. 87º - A incidência do imposto alcança:

- I- Quaisquer imóveis localizados na zona urbana do Município, independente de sua forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização;
- II- As edificações contínuas das povoações e as suas áreas adjacentes, ainda que



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

localizadas fora da zona urbana e nos quais a eventual produção não se destine ao comércio;

III- Os terrenos armados ou não, sem edificações ou em que houver edificação interdita, paralisada, em ruínas ou em demolição;

IV- Os imóveis que não atendam quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

ART. 88º - O imposto é anual e a obrigação de pagá-lo se transmite ao adquirente do imóvel ou dos direitos reais a ele relativos, sempre se constituindo como ônus real que acompanha o imóvel em todas as suas mutações de propriedade, domínio ou posse.

ART. 89º - O fato gerador do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana considera-se ocorrido a primeiro de janeiro de cada ano.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a unidade imobiliária construída ou alterada no ano em curso, o cálculo do imposto será proporcional ao número de meses que faltar para completar o ano.

ART. 90º - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, o qual será notificado do lançamento pelo Poder Executivo.

- 1- Quando do lançamento, podem ser considerados responsáveis pelo imposto qualquer dos possuidores diretos ou indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais;
- 2- O espólio é responsável pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis que pertenciam ao "descujus".
- 3- A massa falida é responsável pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis de propriedade do falido.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO III BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

ART. 91º - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, apurado anualmente, por um dos seguintes critérios:

- I- Avaliação cadastral com base na declaração do contribuinte, ou de ofício, no caso de impugnação da declaração pela Fazenda Municipal;
 - II- Arbitramento, nos casos previstos no ART. 102;
 - III- Avaliação do imóvel, com base no cadastro imobiliário municipal, será atualizado anualmente segundo critérios técnicos usuais, previstos em lei municipal, a fim de que o seu valor venal represente, efetiva ou potencialmente, o valor de transação ou venda no mercado.
- 1- O Poder Executivo submeterá à apreciação da Câmara Municipal, a proposta fixando novos valores unitários padrão, salvo quando se tratar de utilização do valor monetário da respectiva base de cálculo quando poderão ser revistos por decreto do Poder Executivo.

ART. 92º - A avaliação dos imóveis para efeito de apuração do valor venal, é determinada, anualmente, pelo Poder Executivo, de conformidade com os critérios estabelecidos neste Código através da Planta Genérica de Valores de Terrenos e da Tabela de Preços de Construção que estabelecem os valores unitários do metro quadrado de terreno por face quadrada dos logradouros públicos e por tipo de construção ao respectivamente.

- 1- A Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Preços de Construção são decretados pelo Poder Executivo, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, para vigorar de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício seguinte;
- 2- A Fazenda Municipal realiza o lançamento do IPTIJ com base na Planta Genérica de Valores de Terrenos e Tabela de Preços de Construção vigentes no exercício anterior utilizados monetariamente quando essas não forem decretadas até a data prevista no parágrafo anterior;
- 3- Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terrenos são determinados em função dos seguintes critérios, tomados em conjunto ou separadamente:
 - I- Para os terrenos, valor unitário uniforme para cada logradouro ou trecho segundo:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- A) A área onde estiver situado;
 - B) Os serviços ou equipamentos existentes;
 - C) A valorização do logradouro tende em vista o mercado imobiliário;
 - D) Diretrizes definidas no Plano Diretor, de Desenvolvimento Urbano e Legislação Complementar;
 - E) Outros critérios técnicos definidos em atos do Poder Executivo.
- II- Para as edificações valor unitário uniforme por tipo e categoria de uso, segundo:
- A) Padrão construtivo;
 - B) Os equipamentos adicionais;
 - C) Outros critérios técnicos a serem estabelecidos em ato do poder Executivo.
- 4- Para o levantamento e aprovação dos valores unitários padrão dos terrenos e das edificações ou construções, segundo os critérios deste artigo poderá o Poder Executivo contar com a participação de representantes de órgãos de classe;
- 5- Ficam desprezadas, para efeito de cálculo do imposto, as frações do metro quadrado;
- 6- Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer fatores de correção em função de:
- I- Situação do imóvel do logradouro;
 - II- Arborização da área loteada ou de espaços livres onde haja edificações ou construções;
 - III- Existência de elevadores;
 - IV- Desvalorização ou obsolescência em vista do tempo de construção.
- 7- As correções referidas no parágrafo anterior não podem ser superiores a 20 (vinte por cento) do valor venal apurado na forma desta Lei.
- 8- A correção de que se trata o inciso IV, item 6 deste artigo não enseja redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor venal apurado na forma desta lei.

ART. 93º - A base de cálculo do imposto é igual:

- I- Para os terrenos, ao produto da testada fictícia pelo seu valor do logradouro;
- II- Para as edificações, a soma dos produtos da testada fictícia pelo valor do logradouro mais o produto da área construída pelo valor unitário;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

III-Para os imóveis que se constituem com edifício de 3(três) ou mais pavimentos, a soma dos produtos da área de construção da unidade e de sua área de uso privativo pelos respectivos valores unitários padrão, acrescido da razão de terreno correspondente, considerando que:

- A) A área de construção da unidade é igual área de uso privativo acrescida da área de uso comum dividida pelo número de unidades do edifício;
- B) Área de uso privativo é a área interna da unidade imobiliária acrescida das áreas de garagem ou vaga para automóvel sem inscrição cadastral;
- C) O valor unitário da área de construção da unidade é o fixado, na forma do inciso II deste artigo;
- D) O valor unitário da área de uso privativo é fixado para o logradouro do imóvel na forma do inciso I deste artigo;
- E) Incluem- se neste inciso os edifícios divididos em apartamentos, salas, conjunto de salas, andares vazados e demais divisões;
- F) A fração de terreno correspondente a área total do terreno, dividido pelo número de unidades e multiplicado pelo seu valor unitário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na fixação da base de cálculo das edificações ou construções será observado que:

- I- A área construída da coberta seja o resultado da projeção ortogonal dos contornos externos da construção;
- II- A área construída descoberta seja enquadrada no mesmo tipo da 'construção principal, com redução de 50% (cinquenta por cento);
- III- Nas sobrelojas e mezaninos as áreas sejam enquadradas no tipo de construção principal, com a redução de 40% (quarenta por cento).

ART. 94º - Aplica-se o critério do arbitramento para a determinação do valor venal, quando:

- I- O contribuinte impedir o levantamento dos elementos necessários à apuração do valor venal;
- II- Os imóveis se encontrarem fechados e o contribuinte não for localizado.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos referidos nos incisos I e II, deste artigo, o cálculo das áreas do terreno e da construção será feito por estimativa, levando-se em conta elementos circunvizinhos e enquadrando - se o tipo de construção com o de edificações semelhantes.

ART. 95º - Aplica-se o critério da avaliação especial para a fixação do valor venal, mediante requerimento do contribuinte, exclusivamente nos casos de:

- I- Lotes, desvalorizados devido a forma extravagante ou conformações muito desfavoráveis;
- II- Terrenos alagadiços, pantanosos ou sujeito a inundações periódicas;
- III- Terrenos que, pela natureza do solo, se tomem desfavoráveis, à edificação, construção ou outra destinação;
- IV- Situações omissas que possam conduzir a tributação injusta.

PARÁGRAFO ÚNICO - A avaliação especial não se aplica quando no terreno houver construção com área coberta superior a 60 (sessenta por cento) da área do terreno.

ART. 96º - O imposto é calculado sobre o valor do imóvel e uma alíquota de:

- I- 2% (dois por cento) para os imóveis não edificados;
- II- Para os imóveis edificados.
 - A) 1,0% (um por cento) para os imóveis residenciais;
 - B) 1,5% (um e meio por cento) indústrias, comércio e serviços;
 - C) 2,0% (dois por cento) para os imóveis especiais - Instituições Financeiras, Supermercados, Concessionárias de Veículos e autopeças, Comércio de Tecido em geral, Casas de Ferragens e Lojas de Departamento.
- III- Equipara-se a edificação o uso de terrenos por atividades que a critério do Município, constitua interesse coletivo.
 - 1- Será concedido um desconto de até 10 (dez por cento), do valor do imposto de que se trata este artigo, quando recolhido integralmente até a data do vencimento.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO IV LANÇAMENTO E PAGAMENTO

ART. 97º - O lançamento do imposto é anual de ofício, efetuado com base em elementos cadastrais declarados pelo contribuinte ou apurados pelo Poder Executivo.

- 1- Quando o lançamento for efetuado via auto de infração é obrigatório o cadastramento do imóvel com especificação da área do terreno e das edificações ou construções, após o julgamento administrativo do feito do seu pagamento.
- 2- O lançamento é efetuado na data na data da ocorrência do fato gerador e só pode ser alterado, durante o curso do exercício que justifique sua alteração, por despacho da autoridade administrativa.
- 3- As alterações do lançamento que impliquem em mudanças de alíquota só terão efeitos no exercício seguinte aquele em que foram efetuados, exceto para os lançamentos via auto de infração.

ART.98º - O lançamento é efetuado em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel, e ainda do espólio ou da massa falida.

- 1- Nos imóveis sob promessa de compra e venda, o lançamento pode ser efetuado no nome do promissário comprador, do promitente comprador, do promitente vendedor, ou de ambos, sendo em qualquer dos casos, solidária a responsabilidade pelo pagamento do imposto.
- 2- Os imóveis objetos de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso são lançados no nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do judiciário.
- 3- Para os imóveis sob condomínio, o lançamento será efetuado:
 - I- Quando "pró-diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma, um lançamento para cada imóvel, ainda que contínuos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte;
 - II- Quando "pró indiviso", em nome de um, de alguns, ou de todos os condomínios, sem prejuízos, nas duas primeiras situações, da responsabilidade solidária dos demais.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

4- O lançamento é sempre efetuado, ainda que se trate de imóvel cujo proprietário seja desconhecido ou esteja em local incerto e não sabido, devendo o Poder Executivo regulamentar tais situações.

ART. 99º - O pagamento do imposto efetuado de uma só vez até a data do vencimento da primeira parcela, goza de uma redução de 10% (dez por cento).

ART. 100º - O imposto pode ser pago em parcelas no máximo 10 (dez) corrigidas monetariamente segundo índices oficiais, na forma de regulamento baixado pelo Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A falta de pagamento do imposto nas datas estabelecidas implica em penalidades e acréscimos legais previstos nesta lei.

ART. 101º - Para o fato gerador ocorrido inicialmente, na data de concessão do "habite-se", o imposto será recolhido no ato de inscrição cadastral do imóvel, de uma só vez.

ART.102º - Não será apreciado pelo Poder Executivo nenhum pedido de alvará de construção, reforma, modificação ou acréscimo de área construída sem que o requerente faça prova do pagamento do imposto nos últimos 5 (cinco) anos.

SEÇÃO V INFRAÇÕES E PENALIDADES

ART. 103º - São infrações as seguintes situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades;

I- No valor de 10% (dez por cento) do tributo corrigido:

A) Falta de declaração no prazo de 30 (trinta) dias, de aquisição de propriedade, de domínio útil ou posse do imóvel;

B) Falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, de domínio tributário para os



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

proprietários de terrenos sem construção.

II- No valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo corrigido:

- A) Falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do término das reformas, ampliações, modificações no uso do imóvel que implique em mudança na base de cálculo das alíquotas;
- B) Prestar informações falsas ou omitir dados que possam prejudicar o cálculo do imposto.

III- No valor de 100 (cem por cento) do tributo corrigido:

- A) Falta de declaração do imóvel para fins de inscrição cadastral e lançamento;
- B) Falsidade ou informações inverídicas nos pedidos de isenção, no todo ou em partes;
- C) Gozo indevido de isenção no pagamento do imposto.

1- As declarações mencionadas neste artigo serão efetuadas à autoridade administrativa tributária, cabendo ao Poder Executivo baixar os atos regulamentares necessários.

2- A imposição das multas referidas neste artigo obedecerá ao disposto no artigo 8, desta lei.

SEÇÃO VI DAS ISENÇÕES

ART. 104º- São isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):

- I- Os imóveis cedidos, gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município;
- II- Os imóveis que servirem de residência própria aos Militares da Polícia Militar do Estado, os Ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, participantes de operações bélicas durante a 2º Guerra Mundial, do Exército que tenham cumprido missões explícitas de vigilância, segurança e patrulhamento do litoral e ilhas oceânicas a aos integrantes da Marinha de Guerra, Marinha mercantil e a Força Aérea Brasileira.
- III- O imóvel único do qual o servidor municipal, ativo ou inativo com mais de 2 (dois) anos de serviço público municipal, tenha propriedade, o domínio útil ou a posse que sirva exclusivamente para a sua residência;
- IV- A habitação popular destinada a moradia do proprietário, do seu cônjuge, filho menor ou maior inválido, desde que outra não possua no território do seu Município.
- V- As edificações, construídas em favelas, urbanizadas ou não;
- VI- As edificações destinadas a habitação popular, na forma desta lei, construídas nas áreas



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

periféricas de baixa renda, bem como, nos bairros populares;

VII- O terreno que for utilizado como campo de futebol de caráter amador, e o imóvel que lhe servir de sede social;

VIII- O imóvel predial único pertencente as viúvas que auferiram renda igual ou inferior a dois salários mínimos que tenha a propriedade o domínio útil ou a posse e que sirva exclusivamente para sua residência.

1- Fica estabelecido os seguintes critérios para definição de habitação popular, de que trata o item IV:

- A) O imóvel deve ter área de construção igual ou inferior a 40 m² (quarenta metros quadrados);
- B) O valor venal não deverá ultrapassar a 150 (cento e cinquenta) UFPL;
- C) A testada do terreno deverá ser igual ou inferior a exigida para Loteamento na zona em que estiver situado;
- D) Não deverá haver suíte, o acabamento deverá ser de baixo padrão, tipicamente popular.

2- Para efeito de isenção fica caracterizado como pessoa reconhecidamente pobre:

- A) Aquele cuja renda do chefe de família não ultrapasse a 01 (um) salário mínimo;
- B) Seja possuidor de um único imóvel, destinado à sua moradia e de sua família;
- C) As concessões de isenções fiscais serão feitas, mediante requerimento ao chefe do Executivo Municipal, em formulário próprio distribuídos gratuitamente pelo órgão competente do Município.

CAPÍTULO VII DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 105º - As taxas de fiscalização têm como fato gerador o exercício regulador do Poder de polícia, decorrente das atividades da administração pública que, limitando ou disciplinando o direito, interesse ou liberdade, regula prática ou abstenção do fato, em razão da ordem, dos



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

costumes, à tranquilidade ou ao respeito à propriedade e seus direitos individuais ou coletivos, no exercício de atividades dependentes de manifestação do Poder Público.

PARÁGRAFO ÚNICO - O lançamento das taxas de fiscalização não confere direitos nem produz efeitos licenciatórios.

ART. 106º - O exercício regulamentar do Poder de Polícia dá origem as seguintes Taxas de Fiscalização:

- I - De estabelecimento em geral;
- II - Da exploração de anúncios;
- III - Do uso de áreas públicas;
- IV - Da execução de obras e urbanização em áreas particulares.

ART. 107º - A incidência das taxas de licença independe:

- I - Da existência de estabelecimento fixo;
- II - Do efetivo e contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;
- III - Da expedição do alvará de licença, desde que tenha sido decorrido o prazo pedido;
- IV - Do resultado financeiro ou do cumprimento de exigência legal ou regulamentar, relativos ao exercício da atividade

SEÇÃO II DAS ISENÇÕES

ART. 108º - São isentos do pagamento da taxa de fiscalização:

- I - As atividades de artífice, quando exercidas em sua própria residência;
- II - Os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
- III - Os engraxates ambulantes;
- IV - A ocupação dos logradouros com placas indicativas de trânsito e nomes de ruas e praças;
- V - A canalização do subsolo;
- VI - A pintura, limpeza interna e externa de prédios, muros e grades;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- VII - A construção de calçadas de passeios e construção de muros com frente para logradouro, desde que aprovados pela prefeitura;
- VIII - As construções provisórias destinadas à guarda de materiais, quando no local das obras;
- IX - Os cegos e mutilados que exerçam atividades de comércio para sua sobrevivência;
- X - Os cartazes e letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;
- XI - Os dísticos ou denominações de estabelecimentos apostos nas paredes e vitrines, desde que recuados 3(três) metros do alinhamento, do prédio;
- XII - Os anúncios públicos em jornais, ou catálogos e os transmitidos em estações de rádio ou televisão;
- XIII - Os servidores do Município de PEDRA LAVRADA, quando da construção, reformas, ampliação e reparos em geral de prédios e residências;
- XIV - Os cegos, mutilados, excepcionais e inválidos, pelo exercício de pequeno comércio, arte ou ofício;
- XV - A empresa pública e a sociedade de economia mista deste município;
- XVI - Os templos de qualquer culto;
- XVII - Os vendedores de cafés e comidas regionais que comercializam no mercado e feira livre.

ART. 109º - Ainda que o servidor público municipal, seja possuidor de mais de um imóvel, somente fará jus a isenção de que trata o item XIII, com referência ao prédio no qual reside desde que de sua propriedade.

SEÇÃO III DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS SUBSEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

ART. 110º - A taxa de fiscalização de estabelecimento tem como fato gerador a fiscalização exercida pelo Município sobre a localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, em observância as posturas municipais relativas à



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

segurança, a tranquilidade pública, ao meio ambiente, a higiene e ao uso e ocupação do solo urbano.

PARÁGRAFO ÚNICO - Incluem-se entre os estabelecimentos sujeitos à fiscalização aqueles em que se encontrarem instaladas entidades, sociedades ou associações civis, desportistas ou religiosas.

ART. 111º - Para efeito de incidência da taxa consideram-se estabelecimentos distintos:

- I - Os que, embora no mesmo local, estejam ocupados por diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II - Os que, embora com idêntica, atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam em locais distintos ou diversos, ainda que no mesmo imóvel, desde que não contenha comunicação interna.

SUBSEÇÃO II DO CONTRIBUNTE

ART. 112º - São considerados contribuintes da Taxa de Fiscalização de Estabelecimento toda pessoa física ou jurídica estabelecida no Município sujeita a fiscalização municipal.

SUBSEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

ART. 113º - A taxa de fiscalização de estabelecimento em horário normal, terá como base de cálculo o custo dos serviços de fiscalização exercida pelo Município e será auferida em função da atividade, conforme anexo II.

PARÁGRAFO ÚNICO - Pela fiscalização de estabelecimento licenciado para funcionamento em horário especial conforme definido em regulamento, será acrescido, por dia de funcionamento, 1/30 (um trinta avos) da taxa devida pela fiscalização do estabelecimento em horário normal.



Estado da Paraíba **Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada**

SUBSEÇÃO IV **DO LANÇAMENTO**

ART. 114º - A taxa será lançada, anualmente, em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário de contribuintes.

- 1- Não havendo, na tabela, especificação precisa de atividade, a taxa será lançada pelo item que contiver maior identidade de características com a considerada;
- 2- Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma atividade especificadas na tabela, será lançado por aquela que conduzir ao maior valor;
- 3- Para atividades iniciadas, no decorrer do exercício, a taxa será lançada proporcionalmente ao número de meses anteriores à data de início da atividade.

SUBSEÇÃO V **DA ARRECADAÇÃO**

ART. 115º - A taxa de Fiscalização de estabelecimento será arrecadada de conformidade com o regulamento ou calendário fiscal.

SUBSEÇÃO VI **DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS**

ART. 116- A taxa de Fiscalização de Anúncios tem como fato gerador a fiscalização exercida pelo Município sobre a utilização e exploração de anúncios, em observância às normas de posturas.

ART. 117º - A taxa de fiscalização será devida em relação a anúncios veiculados nas vias e logradouros públicos, ou deles visíveis e nos lugares franqueados ao público.

ART. 118º - O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que promover qualquer espécie de anúncios ou explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros.

ART. 119º - A taxa de Fiscalização de Anúncios será lançada anualmente, tomando-se por



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

base o custo dos serviços de fiscalização e aferida de acordo com as características do anúncio, na forma do anexo III.

ART. 120º - A taxa de Fiscalização de Anúncios será arrecadada de conformidade com regulamento ou calendário fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para anúncios cuja veiculação se inicie no decorrer do exercício, a taxa será cobrada proporcionalmente aos meses anteriores.

SEÇÃO V

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DE ÁREAS PÚBLICAS

ART. 121º - A taxa de Fiscalização do Uso de Áreas Públicas tem como fato gerador a fiscalização de atividades econômicas concernentes à estética urbana, poluição do meio ambiente, higiene, costumes, ordem, tranquilidade e segurança pública.

1- Para os efeitos deste artigo, são atividades exploradas em logradouros públicos as seguintes:

- I- Feiras livres;
- II- Comércio eventual ambulante;
- III- Venda de comidas típicas, flores e frutas;
- IV- Comércio e prestação de serviços em locais determinados previamente;
- V- Exposições;
- VI- Atividades recreativas e esportistas;
- VII- Atividades diversas.

2- Entenda-se por logradouro público as ruas, alamedas, travessas, praças, pontes, jardins, becos, túneis, viadutos, passeios, estradas e qualquer caminho aberto ao público no território do Município;

3- Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinada época do ano, especialmente por ocasião de festejos e comemorações, em locais previamente autorizados pela Prefeitura, bem como o comércio com instalações removíveis, tais com balcões, barracas, tabuleiros e semelhantes. Consideram-se como comércio ambulante,



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

o exercido individualmente sem estabelecimento ou localização fixa, Características não sedentárias.

- 4- Serão definidos em ato administrativo as atividades que poderão ser exercidas através de instalações removíveis nas vias e logradouros públicos.

ART. 122º - A base de cálculo da taxa será o custo dos serviços de fiscalização e será aferida na conformidade do anexo IV.

ART. 123º - As Taxas de Ocupação de Áreas Públicas com bens móveis serão cobradas mensalmente e terão como multiplicador o fator de localização que diferenciará as áreas do município variando de 1 (um) a 10 (dez).

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas áreas de interesse turístico, paisagístico, histórico ou de alto padrão comercial, as novas concessões dar-se-ão com acréscimos de mais um multiplicador, variando de 1 (um) até 10 (dez).

ART. 124º - As normas referentes a ocupação de áreas públicas serão regidas de acordo com os dispositivos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para atividades iniciadas no decorrer do exercício a taxa será lançada proporcionalmente ao número de meses anteriores.

ART. 125º - A taxa será arrecadada de conformidade com o regulamento ou calendário fiscal.

SEÇÃO VI DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

ART. 126º - A Taxa de Fiscalização de Obras tem como fato gerador a fiscalização da execução de obras da urbanização de áreas, em garantia às normas administrativas, relativa a proteção estética e ao aspecto paisagístico-histórico do Município, bem como a higiene e a segurança pública.

ART. 127º -A taxa será calculada com base no custo dos serviços de fiscalização e será auferida de conformidade com o anexo V.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 128º - A taxa será devida e arrecadada de conformidade com o regulamento.

CAPÍTULO VIII DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS SEÇÃO I HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

ART. 129º - A hipótese de incidência da Taxa de Serviço Público é a utilização efetiva ou potencial dos serviços de coleta de lixo, conservação de vias e logradouros públicos, prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados à sua disposição com regularidade necessária.

- 1- Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de lixo gerado em imóvel edificado, não está sujeito a taxa a remoção do lixo, assim entendida, e sim o preço público, a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores, etc. E ainda a remoção de lixo em horários especiais por solicitação do interessado.
- 2- Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, estradas municipais, praças, jardins e similares, que visam manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, quais sejam:
 - A) Raspagem do leito carroçável, como uso de ferramentas ou máquinas;
 - B) Conservação e reparação do calçamento;
 - C) Recondicionamento do meio-fio;
 - D) Melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamentos, sinalização e similares;
 - E) Desobstrução, aterros de reapuração e serviços correlatos;
 - F) Sustentação e fixação de encostas laterais, remoção de barreiras;
 - G) Fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos;
 - H) Manutenção de lagos e fontes.
- 3- Entende-se por serviço de limpeza pública os realizados em vias e logradouros públicos, que consistam em varrição, lavagem e irrigação, limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos, capinação, desinfecção de locais insalubres.
- 4- Entende-se por serviço de Iluminação Pública o, serviço que têm por escopo: Prover de luz ou claridade artificial, no período noturno ou nos escurecimentos diurnos



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ocasionais, com vista a facilitar o acesso aos imóveis localizados nas ruas, avenidas, praças, jardins, vias, estradas e demais logradouros do domínio público de uso comum no Município de PEDRA LAVRADA, observando-se as normas constante da Lei.

SEÇÃO II SUJEITO PASSIVO

ART. 130º - O contribuinte da taxa é o proprietário ou o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer, título de bem imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

ART. 131º - A taxa de Limpeza Pública tem como fato gerador a prestação de serviços municipais de:

- 1- Coleta e remoção de lixo domiciliar;
- 2- Varrição e capinação de logradouros públicos;
- 3- Limpeza de córregos, galerias pluviais, bueiros, e bocas de lobo;
- 4- Colocação de recipientes coletores de papéis.

132º - A taxa de Limpeza Pública será lançada e cobrada tomando-se por base o custo dos serviços definidos no artigo anterior até os limites seguintes:

- 1- Em relação a imóveis prediais até o coeficiente máximo de 0,3 (três décimos) do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre o imóvel;
- 2- Em relação a vazios urbanos até o coeficiente máximo de 0,5 (cinco décimos) do Valor do Imposto Predial e Territorial Urbano.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 133º - Contribuinte da Taxa de Limpeza Urbana é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel situado em logradouros em que haja pelo menos um dos serviços previstos no artigo 135 desta Lei.

ART. 134º -A taxa será lançada em 10 de janeiro de cada exercício e poderá ser recolhida conjuntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de imunidade e isenção do IPTU, o recolhimento da taxa far-se-á isoladamente.

SEÇÃO IV TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ART. 135º - A Taxa de Iluminação Pública é devida mensalmente pelos serviços de Iluminação Pública colocado à disposição do contribuinte.

ART. 136º - O contribuinte da Taxa de Iluminação Pública é toda pessoa física ou jurídica que seja proprietário, titular do domínio útil, a qualquer título, ou ocupante do imóvel, edificado ou não, situado no Município de PEDRA LAVRADA, para o qual haja sido colocado à disposição os serviços de Iluminação Pública.

ART. 137º - A base de cálculo da Taxa de Iluminação Pública - TIP é a unidade de Iluminação Padrão – UIP, que equivale ao custo mensal do consumo de uma fonte de luz padronizada correspondente a 30 KWH, na tarifa "B4b" de Iluminação Pública, definida na portaria N° 158 do Departamento Nacional de águas e Energia Elétrica - DNAEE, ou legislação que a substitua.

I- Cada contribuinte pagará a Título de Taxa de Iluminação Pública - TIP a importância correspondente a 0,50 (cinquenta centésimos) do valor da base de cálculo prevista no "caput" deste artigo.

II- Fica isento do pagamento da Taxa de Iluminação Pública - TIP, os proprietários de imóveis residenciais com consumo mensal de energia elétrica igual ou inferior a 30 Kwh (trinta quilowatt-hora).



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

III-Para efeito de determinação da base de cálculo do lançamento da Taxa de Iluminação Pública, o concessionário informará mensalmente, a Prefeitura Municipal o valor do consumo mensal estabelecido no "caput" deste artigo.

ART. 138 ° - As normas referentes a Taxa de Iluminação pública, constantes desta seção, reger-se-ão pela Lei Nº 6.690, de 17 de junho de 1991, excetuando-se o artigo 9 e seu parágrafo 1º, modificado pelo artigo Nº 142, parágrafo 1º, desta Lei.

CAPÍTULO IX DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA SEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

ART. 139 ° - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a execução de obras públicas pelo Município, da qual decorra melhoria para os imóveis localizados em sua zona de influência.

- 1- A contribuição de Melhoria é devida ao Município ainda que a execução da obra seja resultante de convênio com a União, Estado e entidades Federais e Estaduais.
- 2- Considera-se zona de influência a área beneficiada direta ou indiretamente pela obra pública.
- 3- Para efeito de incidência da Contribuição de melhoria serão considerados as obras, de valor contratual igual ou superior a 1.120 UFPL no mês de assinatura de contrato, em virtude das seguintes obras públicas:
 - I - Abertura, alargamento, pavimentação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
 - II - Construção e ampliação de parque, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
 - III - Construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido inclusive todas as obras de edificação necessárias ao funcionamento do sistema;
 - IV - Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicação em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- V - Proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de diques, cais, desobstrução de barras, canais, retificação e regularização de cursos de água e irrigação;
- VI - Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico ou de proteção ambiental.

SEÇÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA

ART. 140º - A Contribuição de melhoria não incidirá nos casos de:

- I - Simples reparação ou manutenção das obras mencionadas no inciso I do artigo anterior;
- II - Alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;
- III - Colocação de guias e sarjetas;
- IV - Obras de pavimentação executadas na Zona rural do Município;
- V - Adesão a plano de Pavimentação Comunitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - É considerada simples reparação o recapeamento asfáltico.

SEÇÃO III SUJEITO PASSIVO

ART. 141º - Sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor, a qualquer título localizado na zona de influência da obra.

- 1- A Contribuição de Melhoria dos bens será lançada em nome dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem;
- 2- Correção por conta de Município as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao seu patrimônio o isento.

ART. 142º - O Executivo identificará as zonas de influência da obra, fixando os índices em relação a cada imóvel para efeito da contribuição, levando em conta na absorção a influência e acessibilidade do imóvel em relação a obra.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO

ART. 143º - A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo da obra nele computados as despesas relativas a estudos, projetos, fiscalização desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios e reembolsos e outras de praxe em financiamento e empréstimo, com sua expressão monetária atualizada a época do lançamento.

ART. 144º - A Contribuição de Melhoria tem como limite máximo o custo da obra, e será exigida em relação à cada imóvel beneficiado, na proporção do seu valor venal e do fator de melhoria de sua zona de influência.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Executivo em vista da natureza da obra ou conjunto de obras, o benefício delas decorrentes e os equipamentos públicos existentes, definirá a zona de influência e os respectivos fatores de melhorias dos imóveis nela localizados e estabelecerá o percentual do custo da obra a ser exigido a título de contribuição de melhoria.

ART. 145º - Entende-se por fator de melhoria o grau relativo de benefício do imóvel, decorrente da obra pública, em relação aos imóveis por ela beneficiados, tomando-se o fator igual a 1 (uma unidade) para os imóveis que obtiverem o maior grau de benefício e levando-se em conta, dentre outros, os seguintes elementos:

- I- Natureza da Obra;
- II- Equipamentos urbanos;
- III- Localização dos imóveis.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

ART. 146º - Aprovado o plano da obra e constatada em qualquer de suas etapas, a ocorrência do fato gerador, previsto no artigo I. será efetuado o lançamento da contribuição, procedido da publicação do edital, contendo:

- I- Descrição e finalidade da obra;
- II- Memorial descritivo do projeto;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

III-Orçamento do custo da obra, que poderá abranger as despesas estimadas de estudos, indenizações, administração, execução, financiamento e demais investimentos imprescindíveis a obra pública;

IV-Delimitação das zonas de influência e respectivos índices cadastrais de valorização.

PARÁGRAFO ÚNICO - O lançamento por etapa durante a execução da obra só poderá ser feito com base no custo da parte da obra já executada.

ART. 147º - O sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria Pública tem prazo o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data de publicação do edital referido no artigo anterior, para impugnação de qualquer dos elementos dele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- 1- As impugnações não terão efeito suspensivo da execução da obra, e serão apreciadas em conjunto pelo Executivo;
- 2- As impugnações não obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento e arrecadação do tributo.

ART. 148º - A contribuição será lançada em nome do sujeito passivo em cota única ou em parcelas anuais, subdivididas em prestações mensais, com base nos dados constantes no Cadastro Imobiliário Fiscal, aplicando-se no que couber as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

- 1- Não seria objeto de lançamento a contribuição que for inferior a 20 (vinte) UFPL, na data do lançamento;
- 2- As parcelas mensais não poderão ser inferiores a 50% (cinquenta por cento) da UFPL, na data do lançamento;
- 3- A contribuição em Unidade Fiscal de Pedra Lavrada- UFPL, pelo valor desta vigente à época e, para fins de pagamento, reconvertida em moeda corrente, pelo valor da Unidade Fiscal de Pedra Lavrada, vigente no mês de pagamento com os seguintes descontos:
 - A) Se ocorrer entre 20 (vinte) e 30 (trinta) dias do vencimento, 10% (dez por cento);
 - B) Se entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias de vencimento, 15% (quinze por cento);
 - C) Se acima dos 60 (sessenta) dias do vencimento, 20% (vinte por cento).



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 149º - O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o sujeito passivo, diretamente ou por edital, do:

- I- Valor do lançamento em cota única e em parcelas mensais e respectiva quantidade;
- II- Índice cadastral base de lançamento;
- III- Prazo para pagamento ou impugnação;
- IV- Local de pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO- Dentro do prazo de 30 (trinta) dias constados da notificação, o contribuinte poderá reclamar ao órgão lançados, contra:

- I- Erro na localização e dimensões do imóvel;
- II- O cálculo dos índices e percentuais atribuídos, inclusive de descontos;
- III- O valor da contribuição;
- IV- O número de prestações.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

ART. 150º - O recolhimento da Contribuição de Melhoria será efetuado na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

SEÇÃO VII DAS MULTAS E ACRÉSCIMOS LEGAIS

ART. 151º - O pagamento após vencimento sujeita o contribuinte a incidência de:

- I- Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;
- II- Correção monetária, nos termos da legislação específica;
- III- Multa moratória:
 - A) De 5% (cinco por cento) do valor recolhido, se recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- B) De 20% (vinte por cento) do valor corrigido se recolhido após 30 (trinta) dias contados da data de vencimento;
- 1- Os juros de mora incidirão sobre o valor principal atualizado monetariamente;
 - 2- Inscrita ou atualizada a dívida serão devidos também, custas judiciais e honorários advocatícios na forma da lei.

SEÇÃO VIII DA RESTITUIÇÃO

ART. 152 ° - No caso de recolhimento a maior da contribuição, definido em processo regular, a importância a ser restituída será atualizada monetariamente com base nos índices de correção utilizado pelo Município, considerando a variação entre o mês do recolhimento e o mês em que ocorrer a restituição.

PARÁGRAFO ÚNICO- A atualização monetária cessará 30 (trinta) dias após a notificação do interessado para receber a importância a ser restituída.

SEÇÃO IX DAS ISENÇÕES

ART. 153 ° - Ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria os proprietários de um único imóvel, utilizado exclusivamente como sua residência, desde que em processo regular, conforme estabelecido em regulamento, comprove:

- I- Esteja localizado em área periférica;
- II- Possua área territorial inferior a 40 m² (quarenta metros quadrados);
- III- Faça muro e calçada;
- IV- Possuir renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

PARÁGRAFO ÚNICO - para os contribuintes enquadrados nos incisos I, II e III que possuírem renda superior a fixada no inciso IV, a contribuição não poderá exceder 5% (cinco por cento) de sua renda anual.



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

154º - O processo administrativo relativo a Contribuição de Melhoria obedecerá os critérios e procedimentos estabelecidos na Legislação Tributária do Município.

LIVRO QUATRO

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PREÇOS PÚBLICOS

ART. 155º - As rendas provenientes dos serviços de natureza comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresas privadas, são para os efeitos desta lei considerados preços.

ART. 156º - A fixação dos preços para os serviços que sejam de monopólio do Município, terá como base o custo unitário.

- 1- Quando não forem possíveis a obtenção do custo unitário, a fixação será feita levando-se em conta o custo total do serviço verificado no último exercício a flutuação nos preços de aquisição, o volume prestado no exercício encerrado no para o exercício considerado;
- 2- O volume dos serviços para efeito do disposto no parágrafo anterior será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecida aos usuários.
- 3- O custo total compreenderá o custo de produção manutenção e serviços, acrescidos de reservas para recuperação de equipamentos e expansão do serviço.

ART. 157º - A fixação dos preços até o limite de recuperação do custo total será feita pelo Poder executivo. Quando ultrapassar este limite dependerá de lei específica.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Executivo publicará a relação dos preços fixados para cada período.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 158º - O sistema de preços do Município compreende os seguintes serviços, além de outros que venham a ser prestados:

- I- Cemitério;
- II- De utilização de próprio Município;
- III- De utilização do serviço público municipal como contraprestação em caráter individual assim compreendido.

1- Aprovação de:

- A) Loteamento ou arrumamento;
- B) Projetos para construção;
- C) Plantas para locações diversas.

2- Alinhamento;

3- Avaliação de imóveis;

4- Armazenamento em depósito municipal;

5- Aceitação de requerimentos e juntadas de documentos;

6- Averbação de transferência de terrenos;

7- Averbação de prédios ou de qualquer outra construção;

8- Baixa em lançamento ou registro;

9- Corte em árvores;

10- Capina e limpeza de terrenos;

11- Certidão;

12- Concessões de atestados;

13- Demarcação de imóveis;

14- Estudos de planta para locação diversas;

15- Fornecimento de alvarás;

16- Inspeção em estabelecimentos;

17- Inspeção em instalações mecânicas;

18- Mecanização ou automação, por guia ou conhecimento emitido;

19- Microfilmagem;

20- Nivelamento;

21- Número de prédios;

22- Títulos de aforamentos de terrenos e perpetuidade de sepulturas;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 23- Vistorias de prédios e qualquer outra construção;
- 24- Remoção de resíduos não residenciais;
- 25- Outros serviços prestados em caráter individual;
- 26- Restauração ou recuperação de bens públicos danificados por terceiros;
- 27- Taxa de serviços diversos;

ART. 159º - O não pagamento dos débitos dos serviços prestados ou de uso das instalações mantidas pela Prefeitura em razão direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, a suspensão dos mesmos.

ART. 160º - Aplicam-se os preços no tocante a lançamento, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio e obrigações acessórias dos usuários, bem como a dívida ativa, as disposições concernentes as taxas.

LIVRO QUINTO PARTE GERAL TÍTULO I DAS NORMAS GERAIS TRIBUTÁRIAS CAPÍTULO I DO SUJEITO PASSIVO

ART. 161º - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.

- 1- O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
 - I- Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
 - II- Responsável, quando sem se revestir da condição de contribuinte sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.
- 2- Sujeito passivo de obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituem o seu objeto.

ART. 162º - São pessoalmente responsáveis:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- I- O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, quando não haja, no instrumento respectivo a prova de plena quitação dos tributos;
- II- O sucessor a qualquer, título e cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III- O espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuição de melhoria. Sub rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes exceto quando conste do título prova inequívoca de sua quitação, ressalvando o disposto no artigo deste Código.

ART. 163º - São solidariamente obrigados:

- I- As pessoas físicas ou jurídicas, que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação tributária principal;
- II- A pessoa jurídica de direito privado resultante da fusão, transformação ou incorporação pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas;
- III- A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido devidos até a data do ato:
 - A) Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
 - B) Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão;
- IV- Todos aqueles que, mediante conluio colaborarem para a sonegação de tributos devidos ao município;
- V- As pessoas expressamente designadas por lei.
 - 1- O disposto no inciso II aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual;

- 2- A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem;
- 3- Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos de solidariedade:
 - I- O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
 - II- Isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso a solidariedade aos demais pelo saldo;
 - III- A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

ART. 164º - A capacidade tributária passiva independe:

- I- Da capacidade civil das pessoas naturais;
- II- De achar-se sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou de administração direta de seus bens ou negócios;
- III- De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica profissional.

ART. 165º - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com estes nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I- Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II- Os tutores e curadores pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
- III- Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV- O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V- O síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI- Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
- VII- Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

ART. 166º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes, as obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I- As pessoas referidas no artigo anterior;
- II- Os mandatários, os prepostos ou empregados;
- III- Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

ART. 167º - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa, quando esta julgá-las insuficientes ou imprecisas poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

- 1- A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta lei.
- 2- Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena que se proceda o lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:
 - I- Da data da ciência aposta no auto;
 - II- Da data de recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, contar-se-á estes após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
 - III- Da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

CAPÍTULO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

ART. 168º - Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsáveis, de domicílio tributário, considerar-se-á como tal:

- I- Tratando-se de pessoa física, a sua residência, ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
- II- Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o lugar da sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

III- Tratando-se de pessoa jurídica de direito público, qualquer de suas repartições no município.

- 1- Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem a obrigação.
- 2- A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.
- 3- Os contribuintes comunicarão a repartição competente a mudança de domicílio, no prazo do regulamento.

ART. 169º - O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do município.

CAPÍTULO III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I

ART. 170º - A obrigação tributária é principal ou acessória:

- I- A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente, tendo como fato gerador a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
 - II- A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nelas previstas, no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos, tendo como fato gerador, qualquer situação que impõe a prática ou a abstenção de ato que não configura obrigação principal;
 - III- A obrigação acessória, face a sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.
- 1- O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, obstruindo-se:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- I- A validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como a natureza do seu objetivo ou dos seus efeitos;
- II- Os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- 2- Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:
 - I- Tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam efeitos que normalmente lhe são próprios;
 - II- Tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja constituída, nos termos do direito aplicável.

ART. 171º - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza deste, sendo que:

- I- As circunstâncias que modificam sua extensão, os seus efeitos, ou as garantias, ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem;
- II- Desde que regularmente constituídos somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas a sua efetivação ou garantias, sob pena de responsabilidade funcional na forma de Lei.
- 1- Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo, e sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível;
- 2- Quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade administrativa o lançamento opera-se pelo ato em que a referida autoridade tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado expressamente homologa;
- 3- Nos casos do parágrafo anterior, decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação;
- 4- O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes de Cadastro Fiscal e das declarações apresentadas pelos contribuintes na forma e época estabelecidas nesta lei e em regulamento;
 - 5- Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelo contribuinte ou responsáveis e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:
 - I- Exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes de atos e operações que possam constituir fato gerador da obrigação tributária;
 - II- Fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exerceram atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens que se constituem matéria tributável;
 - III- Exigir informações ou comunicações escritas ou verbais;
 - IV- Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal;
 - V- Requerer ordem judicial quando indispensável a realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro nos locais e estabelecimentos, assim como objetos e livros dos contribuintes e responsáveis, lavrando termo de diligências, do qual constarão especificamente os elementos examinadores.
 - 6- É facultada a Fazenda Pública Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente em decorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota de tributo.
 - 7- Do lançamento efetuado pela administração, será notificado o contribuinte, em seu domicílio tributário, sendo que:
 - I- Quando o município permitir que o contribuinte eleja domicílio tributário fora de seu território, a notificação far-se-á por via postal registrada em aviso de recebimento (AR);
 - II- Na impossibilidade de localização do contribuinte, nos casos de recurso do recebimento da notificação, ou quando o interesse público assim o exigir, dar-se-á esta por edital.
 - 8- A notificação de lançamento conterá:
 - I- O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
 - II- A denominação do tributo e o seu exercício a que se refere;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- III- O valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
 - IV- O prazo para recebimento da impugnação;
 - V- O comprovante para o órgão fiscal de recebimento pelo contribuinte;
 - VI- Demais elementos estipulados em regulamento.
- 9- Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedida a revisão e retificação daqueles que contiverem irregularidades ou erro.
- 10- O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só poderá ser alterado em virtude de:
- I- Impugnação procedente do sujeito passivo;
 - II- Recurso de ofício;
 - III- Iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no parágrafo anterior.

ART. 172º - Será sempre de 20 (vinte) dias, constados a partir do recebimento de notificação, o prazo mínimo para pagamento e para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente nesta lei.

ART. 173º - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço dos bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado: ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

ART. 174º - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituídos novos critérios de apuração, infrações e penalidades, ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao creditando maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 175º - Nos termos do inciso VI do artigo 134 do Código Tributário Nacional, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da justiça enviarão a Secretaria Municipal de Finanças (cadastro imobiliário fiscal), conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locações, bem como das averbações, inscrições e transações realizadas no mês anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, além da pena prevista no artigo 8 deste código, para afeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, quando couber e enviar à Edilidade os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

ART. 176º - A concessão de moratória será objeto de lei especial, atendidos os requisitos do Código Tributário Nacional.

ART. 177º - Suspenderá a exigibilidade do crédito tributário, a partir de sua efetivação ou de sua consignação judicial, o depósito do montante integral da obrigação tributária.

ART. 178º - A impugnação apresentada pelo sujeito passivo e a concessão de medida liminar em mandato de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário, independentemente de prévio depósito.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os efeitos suspensivos cessam pela decisão administrativa contrária, no todo ou em parte ao sujeito passivo, e pela cassação da medida liminar concedida em mandato de segurança.

ART. 179º - A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

ART. 180º - Os efeitos suspensivos cessam pela extinção do crédito.

SEÇÃO II EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ART. 181º - Extinguem o crédito tributário:

- I- O pagamento;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

II- A compensação;

III- A transação.

ART. 182º - Nenhum recolhimento de tributo pecuniária será efetuado sem que nele expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

- 1- No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.
- 2- Todo pagamento do tributo, deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela administração, sob pena de nulidade.

ART. 183º - O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo ou demais créditos tributários, nos seguintes casos:

- I- Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo inválido ou em valor maior que o devido em face da legislação tributária ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II- Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III- Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão anulatória.
 - 1- A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prover haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
 - 2- A restituição total ou parcial dá lugar a restituição na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se, os acréscimos referentes a infrações de caráter formal.

ART. 184º - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição, se processe através de compensação.

ART. 185º - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, constados:

- I- Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 183 da data da extinção do crédito tributário;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

II- Na hipótese de o inciso III do artigo 183 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado, ou rescindido a decisão anulatória.

ART. 186º - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que degenerar a restituição.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de prescrição é interrompido pelo inciso da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data de intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

ART. 187º - O pedido de restituição será feito a autoridade administrativamente através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

ART. 188º - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

PARÁGRAFO ÚNICO - A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

ART. 189º - Somente após decisão irrecurável, favorável ao contribuinte no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributária depositados na repartição fiscal para efeito de discussão.

ART. 190º - Fica o executivo Municipal autorizado a compensar créditos tributários, com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, nas condições e sob as garantias estipuladas em cada caso.

- 1- Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes;
- 2- Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em favor será paga de acordo com as normas de administração financeiras vigentes;
- 3- Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido a 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data de compensação e a data do vencimento;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 4- O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação, com condições e garantias estipuladas em convênio e regulamento, quando o sujeito passivo da obrigação for:
- A) Empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;
 - B) Estabelecimento de ensino;
 - C) Empresa de rádio, jornal ou televisão;
 - D) Estabelecimento de saúde.
- 5- As compensações de crédito a que se referem os itens "b" e "d" do parágrafo anterior somente efetuar-se-ão para benefício dos servidores municipais, ativos e inativos e seus filhos menores ou inválidos, cônjuge e ascendentes sem renda própria para seu sustento.

ART. 191º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, efetuar transações, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

PARÁGRAFO ÚNICO - A transação a que se refere este artigo será proposta pelo Secretário Municipal de Finanças, pelo Procurador Geral do Município, quando se tratar de decisão judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes a multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

- I- O montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
- II- A incidência ou critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;
- III- Ocorrer erro de ignorância escusáveis do sujeito passivo a quanto a matéria de fato;
- IV- Ocorrer conflito de competência com outras pessoas ou temerária ao município,

ART. 192º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário atendendo:

- I- A situação econômica do sujeito passivo;
- II- Ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- III- As considerações de equidade relativamente as características pessoais ou materiais do caso;
- IV- As condições peculiares a determinada região do território municipal;
- V- O fato de ser a importância do crédito tributário, inclusive seus acréscimos legais, igual ou inferior a 10% (dez por cento) do valor da Unidade Fiscal de Pedra Lavrada.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção sem prejuízo da aplicação de penalidades, cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

ART. 193º - O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário de cair após 5 (cinco) anos constados:

- I- Da data em que tenha sido notificado ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;
 - II- Do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado;
 - III- Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- 1- Excetuando-se o caso do item III deste artigo, o prazo de decadência não se admite interrupção ou suspensão;
 - 2- Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do artigo 204 no tocante à apuração de responsabilidade e à caracterização da falta.

ART. 194º - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5(cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

- 1- A prescrição se interrompe:
 - A) Pela citação pessoal feita ao devedor;
 - B) Pelo protesto judicial;
 - C) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
 - D) Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- 2- A prescrição se suspende:
 - A) Durante o prazo de concessão da moratória, até a sua revogação, em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele;
 - B) Durante o prazo da concessão da remissão até a sua revogação, em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

C) A partir da inscrição do débito em dívida ativa, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal se esta ocorrer antes do findo daquele prazo,

ART. 195º - Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A autoridade municipal qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

ART. 196º - As importâncias relativas ao montante de crédito tributário depositados na repartição fiscal ou consignadas judicialmente para efeito de discussão, serão, após decisão irrecorrível, no total ou em parte, restituídas de ofício ao impugnante ou convertidas em renda a favor do município.

ART. 197º - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente em conjunto ou isoladamente:

I- Declara a irregularidade de sua constituição.

II- Reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III- Exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV- Declare a incompetência do sujeito ativo para o cumprimento da obrigação.

1- Extinguem o crédito tributário:

A) A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva órbita administrativa que não possa mais ser objeto da ação anulatória;

B) A decisão judicial já passada em julgamento.

2- Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito previstas no artigo 108.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ART. 198º - Excluem o crédito tributário:

- I- A isenção;
- II- A anistia.
 - 1- A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela subsequente;
 - 2- A isenção é a dispensa do pagamento do tributo, por disposição expressa da lei;
 - 3- A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente a vigência da lei que a concedeu, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crime, contravenção ou conluio ou tenham sido praticadas como dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele.

ART. 199º - A isenção pode ser concedida:

- I- Em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do município, em função de condições peculiares;
- II- Em caráter individual, ou despacho de autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.
 - 1- Tratando-se de tributos lançados por período certo, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia de promover a continuidade do reconhecimento de isenção, conforme disciplinado em regulamento;
 - 2- O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiros em benefício daquele;
 - 3- A isenção será concedida expressamente para determinado tributo, com especificação das condições a que se deve submeter o sujeito passivo, e salvo disposição em contrário, não é extensiva:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- I- As taxas e à Contribuição de Melhoria;
- II- Aos tributos instituídos posteriormente a sua concessão.

ART. 200º - A anistia pode ser concedida:

- I- Em caráter geral;
 - II- Limitadamente:
 - A) Às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
 - B) Às Infrações punidas com penalidades pecuniárias, até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
 - C) A determinada região do território do município, em função de condições a ela peculiares;
 - D) Sob condições de pagamento do tributo no prazo nela fixado, ou cuja fixação seja por ela atribuída a autoridade administrativa.
- 1- Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delega em requerimento, no qual o interessado faça provado preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.
- 2- O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiros em benefício daquele.

ART. 201º - A concessão de anistia implica em perdão da infração, não constituindo este antecedente para efeito de imposição ou graduação da penalidade por outras infrações de qualquer natureza a aquela subseqüente cometidas pelo sujeito beneficiado por anistia anterior.



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

LIVRO SEXTO

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I

COMPETÊNCIA, ALCANCE E ATRIBUIÇÕES

ART. 202º - Compete privativamente a Secretaria de Finanças, pelos seus órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias.

ART. 203º - A fiscalização a que se refere o artigo anterior será exercida sobre as pessoas naturais jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozam de imunidade ou isenção.

ART. 204º - As pessoas sujeitas fiscalização exibirão ao servidor fiscal, sempre que por ele exigidos, independentemente de prévia instauração de processo, os produtos, em uso ou já arquivados que forem julgados necessários a fiscalização, e lhe franquearão os seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como veículos, cofres e outros móveis, a qualquer hora do dia ou da noite os estabelecimentos estiverem funcionando.

PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor fiscal ao realizar os exames necessários, convidará o, proprietário do estabelecimento ou o seu representante para acompanhar os trabalhos de fiscalização, ou indicar pessoa que o faça, e, em caso de recusa, lavrará o termo desta ocorrência.

ART. 205º - O exame a que se refere o artigo anterior poderá ser repetido quantas vezes a autoridade administrativa considerar necessária, enquanto não decair o direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário.

Art. 206º - No exercício de suas funções, a entrada do servidor fiscal nos estabelecimentos, bem como o acesso as suas dependências internas, não estarão sujeitos a forma de identidade funcional aos encarregados diretos e presentes ao local, a qual não poderá ser retida, em qualquer hipótese, sob pena de ficar caracterizado o embaraço à fiscalização.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de ser recusada a exibição de produtos, livros ou documentos, o servidor fiscal poderá lavrar móveis ou depósitos em que presumivelmente eles estejam guardando termo deste procedimento e, nesse caso, a autoridade administrativa providenciará junto ao Ministério Público que se faça a exibição judicial.

ART. 207º - Encerrados os exames e diligências necessárias para verificação da situação fiscal do contribuinte, o servidor lavrará, sob a responsabilidade de sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, mencionando as datas do início e de término do período fiscalizado e os livros e documentos examinados concluindo com a enumeração dos tributos devidos e das importâncias relativas a cada um deles separadamente.

- 1- O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a infração, ainda que nele não resida o infrator;
- 2- Ao contribuinte dar-se a cópia do termo autenticado, contra recibo no original, salvo quando lavrado em livro de escrita fiscal;
- 3- A recusa do recebimento do termo, que será declarada pelo servidor fiscal, não aproveita nem prejudica o contribuinte;
- 4- Nos casos de termo lavrado fora do domicílio do contribuinte onde recusa de seu recebimento, o mesmo será remetido ao contribuinte através dos correios.

ART. 208º - A ação do servidor fiscal poderá estender-se além dos limites do município, desde que prevista, em convênios.

ART. 209º - Através de ato administrativo serão definidos prazos máximos para a conclusão da fiscalização e diligências previstas na legislação tributária.

ART. 210º - O prazo para a apresentação da documentação requisitada é de 72 (setenta e duas) horas após a intimação, salvo se ocorrer algum motivo que justifique a não apresentação, o que deverá ser feito por escrito.

ART. 211º - As autoridades administrativas da Fazenda Municipal poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

exercício de suas funções, ou quando necessárias à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei com ilícito tributário.

SEÇÃO II APREENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS

ART.212º - Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, em outro lugar ou em trânsito, que constituam prova de infração tributária.

- 1- A apreensão pode, inclusive, compreender documentos fiscais, desde que façam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação;
- 2- Havendo prova fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular, ou prédios utilizados como moradia será promovida a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a sua remoção clandestina.

ART. 213º - A apreensão será feita mediante lavratura de termo específico.

- 1- O termo de apreensão conterá a descrição dos bens ou documentos apreendidos, indicando o lugar onde foram depositadas e o nome do depositário, fornecendo-se ao interessado cópia do auto em relação dos bens arrolados;
- 2- Poderá ser designado do depositário o próprio detentor dos bens ou documentos, se for idôneo a juízo do autuante ou de quem fizer a apreensão.

ART.214º - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo, expedido pela autoridade competente.

- 1- Os documentos apreendidos poderão ser desenvolvidos ao interessado, desde que a prova da infração possa ser feita através de cópia ou por outros meios.
- 2- Os bens apreendidos serão restituídos mediante depósito da quantia exigível, arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos até a decisão final os necessários a prova.

ART. 215º - Os bens apreendidos serão levados a leilão, se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de apreensão.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 1- Quando se tratar de bens deterioráveis, o leilão poderá realizar-se a qualquer tempo, independente da formalidade;
- 2- Apurando-se na venda quantia superior ao tributo e multas, será o autuado notificado para no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente.

ART. 216º - Os leilões serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias, por edital, afixado em local público e divulgado no Diário Oficial do Município e, se conveniente, em jornal de grande circulação.

- 1- Os bens levados a leilão serão escriturados em livro próprio mencionando-se a sua natureza, avaliação e o preço da arrematação;
- 2- Encerrado o leilão, será recolhido, no mesmo dia, sinal de 20% (vinte por cento) pelo arrematante, a quem será fornecida guia de recolhimento da diferença sobre o preço total da arrematação;
- 3- Se dentro de 3 (três) dias o arrematante não completar o preço da arrematação, perderá o sinal pago e os bens serão postos novamente em leilão, caso não haja quem ofereça preço igual.

ART. 217º - Descontado o preço da arrematação o valor da dívida, multa e despesa de transporte, depósito e editais, será o saldo positivo à disposição do dono dos bens apreendidos.

CAPÍTULO II DA REPRESENTAÇÃO E DENÚNCIA

ART. 218º - O servidor municipal ou qualquer pessoa pode representar ou denunciar contra toda ação ou omissão contrária à disposição, deste código e de outras leis ou de regulamentos fiscais.

- 1- Far-se-á mediante petição assinada a representação ou denúncia, as quais não serão admitidas:
 - I- Por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, em relação a fatos anteriores à data em que tenha perdido essa qualidade;
 - II- Quando não vier acompanhada de provas ou não forem indicadas.
- 2- Serão admitidas denúncias verbais, contra a fraude ou sonegação de tributos, lavrando-se termo de ocorrência, do qual deve constar a indicação de provas do fato, nome, domicílio e profissão do denunciante e denunciado,



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO III DO SIGILO FISCAL

ART. 219º - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários, de informações obtidas em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira e a natureza e estado dos negócios ou atividades dos contribuintes e demais pessoas naturais ou jurídicas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuam-se o disposto neste artigo os casos de requisição do Poder Legislativo e de autoridade judicial, no interesse da justiça, os de prestação mútua de assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e de permuta de informações entre os diversos setores da Fazenda Municipal e entre esta e a União, os Estados e outros municípios.

ART. 220º - São obrigados a auxiliar a fiscalização, prestando informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados, cumprindo ou fazendo cumprir as disposições desta lei e permitindo aos servidores fiscais colher quaisquer elementos julgados necessário à fiscalização, todos os órgãos da administração pública municipal, bem como as entidades autárquicas, para estatais e de economia mista.

CAPÍTULO IV DO SERVIDOR FISCAL

ART. 221º - Aos servidores fiscais responsáveis pela fiscalização dos tributos e rendas municipais cabe ministrar aos contribuintes em geral os esclarecimentos sobre a inteligência e fiel observância deste código, leis e regulamentos fiscais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

ART. 222º - Sempre que necessário, os servidores fiscais requisitarão, através de autoridade da administração fiscal, o auxílio e garantias necessárias à execução de seus serviços e das diligências indispensáveis à aplicação das leis fiscais.

ART. 223º - O servidor fiscal se fará conhecer mediante apresentação da carteira de identidade funcional expedida e autenticada pela Secretaria de Administração do Município.



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 224º - O servidor fiscal atuante, no caso de impedimento legal, poderá ser substituído por um outro servidor fiscal para evitar retardamento no curso do processo.

CAPÍTULO V

DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

ART. 225º - O sujeito passivo poderá ser submetido a regime especial de fiscalização, por proposta de servidor fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ato do Poder Executivo estabelecerá os limites e condições do regime especial.

CAPÍTULO VI

DA CASSAÇÃO DE REGIMES OU CONTROLES ESPECIAIS

ART. 226º - Os regimes ou controles especiais de pagamento dos tributos, de uso de documentos ou de escrituração, quando estabelecidos em benefício do contribuinte ou outras pessoas obrigadas ao cumprimento do dispositivo da legislação tributária, serão cassados se os beneficiários procederem de modo fraudulento, no gozo das respectivas concessões.

- 1- É competente para determinar a cassação a mesma autoridade, que for para a concessão;
- 2- Do ato que determinar a cassação caberá o recurso, sem efeito suspensivo, para a autoridade superior.

CAPÍTULO VII

DO ARBITRAMENTO

ART. 227º - Procederá o servidor fiscal ao arbitramento da base de cálculo do tributo de acordo com a legislação específica, quando:

- I- O contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;
- II- Recusar-se o contribuinte que a apresentar ao servidor fiscal os livros de escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração de base de cálculo;



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

III-O exame dos elementos contábeis levar a convicção da existência de fraude ou sonegação.

- 1- Na hipótese de arbitramento será obrigatório a lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o servidor fiscal indicará, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo;
- 2- Do total arbitrado para cada período ou exercício, serão deduzidas as parcelas sobre as quais se tenha lançado o tributo, intimando-se o contribuinte para recolhimento do débito resultante do arbitramento;
- 3- A autoridade administrativa deverá autorizar o servidor fiscal a proceder ao arbitramento, desde que justificado o procedimento.

CAPÍTULO VIII DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

ART. 228º - A prova da quitação de tributos, exigidas por lei, será feita unicamente por certidão negativa, regularmente expedida pela repartição administrativa competente.

- 1- A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data de entrada do requerimento na repartição;
- 2- O prazo de vigência da certidão negativa é de 180 (cento e oitenta) dias e dela constará, obrigatoriamente, esse prazo limite.
- 3- As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, em qualquer tempo hábil, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

ART. 229º - A certidão negativa deverá indicar obrigatoriamente:

- I- Identificação da pessoa;
- II- Domicílio fiscal;
- III- Ramo de negócio;
- IV- Período a que se refere;
- V- Período de validade da mesma.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 230º - Tem os mesmos efeitos da certidão negativa aquela de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva e que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

PARÁGRAFO ÚNICO - A certidão que faz referência ao artigo anterior deverá ser do tipo "verbo-ad-verbum" onde constarão incisos, além da informação suplementar prevista neste artigo.

CAPÍTULO IX
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO I
DISPOSITIVOS PRELIMINARES

ART. 231º - O processo fiscal compreende o procedimento administrativo destinado a:

- I- Apuração de infrações à legislação tributária municipal ou, no caso de convênio à de outros Municípios;
- II- Responder consulta para esclarecimentos de dúvidas relativas ao entendimento e aplicação da legislação tributária;
- III- Julgamento dos processos e execução administrativa das respectivas decisões;
- IV- Outras situações em que a lei determinar.

PARÁGRAFO ÚNICO - No processo administrativo fiscal serão observadas as normas constantes em regulamento.

SEÇÃO II
ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

ART. 232º - Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável a sua finalidade, numeradas e rubricadas todas as folhas dos autos, em ordem cronológica de eventos e juntada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os atos e termos serão datilografados ou escritos em tinta indelével, sem espaços em branco, bem como sem entrelinhas, emendas, rasuras e borrões não ressalvado.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO III
DOS PRAZOS

ART. 233º - Os prazos fluirão a partir da data de ciência e serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão que ocorra o processo ou devam ser praticados os atos.

CAPÍTULO X
DA INTIMAÇÃO

ART. 234º - Far-se-á a intimação:

- I- Pelo autor do procedimento, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto;
- II- Por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;
- III- Com edital, publicado, uma vez, no diário oficial, quando não for possível a intimação na forma dos artigos anteriores.

ART. 235º - Considerar-se-á feita a intimação, inclusive nos casos de PEDRA LAVRADA a ação do art.255.

- I- Na data da ciência do intimado, se pessoal;
- II- Na data aposta no aviso de recebimento pelo destinatário ou por quem, em seu nome, receba a intimação, se por via postal ou telegráfica;
- III- Trinta dias após a publicação do edital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Omitida a data no aviso do recebimento a que se refere o inciso II, considerar-se-á feita a intimação:

- I- Quinze dias após a sua entrega na agência postal;
- II- Na data da constante do carimbo da agência postal que proceder a devolução do aviso de recebimento, se anterior ao prazo previsto no inciso I deste parágrafo.

ART. 236º - A intimação conterà, obrigatoriamente:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- I- A qualificação do intimado;
- II- A finalidade da intimação;
- III- O prazo e o local para o seu atendimento;
- IV- A assinatura do funcionário, a indicação do seu cargo ou função e o seu número de matrícula.

ART. 237º - Prescinde de assinatura a intimação emitida por processo eletrônico.

ART. 238º - O processo fiscal, para apuração de infrações, terá por base a notificação do lançamento ou auto de infração, conforme falta resultante, respectivamente, de verificação no âmbito terno da repartição ou decorra de ação física.

CAPÍTULO XI DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO

ART. 239º - O procedimento, fiscal terá início sem:

- I- A lavratura de termo de início da fiscalização, procedida por servidor fiscal;
- II- O primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo, representante ou preposto, da obrigação tributária;
- III- A lavratura do termo de apreensão de mercadorias, notas fiscais, livros ou quais quer documentos em uso ou já arquivados.

ART. 240º - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação as obrigações tributárias vencidas.

- 1- Ainda que o recolhimento do tributo nesse caso, o contribuinte ficará obrigado a recolher os respectivos acréscimos legais;
- 2- Os efeitos deste artigo alcançam os demais envolvidos nas infrações apuradas no decorrer da ação fiscal;
- 3- O contribuinte terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para o atendimento do solicitado no termo de início de fiscalização, prorrogável por igual período ou uma única vez.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO XII

DA FORMALIZAÇÃO DA EXIGÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ART. 241º - A exigência de crédito tributário será formalizada em notificação de lançamento do auto de infração, distintos para cada tributo.

ART. 242º - Os tributos lançados por períodos certos de tempo, em que a lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considerará ocorrido, poderão ser objeto do novo lançamento no caso de falta de pagamento no prazo legal.

- 1- Compete a autoridade administrativa determinar o novo lançamento, através de, auto de infração, com a imposição dos acréscimos e penalidades previstos em lei;
- 2- O atraso no pagamento de 3 (três) parcelas dos tributos referidos neste artigo implicará no vencimento automático das parcelas vincendas.

CAPÍTULO XIII

DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

ART. 243º - A notificação de lançamento será feita pelo órgão indicado em ato do Poder Executivo na forma do artigo 234.

PARÁGRAFO ÚNICO - Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

ART. 244º - O contribuinte que não concordar com o lançamento ou sua alteração poderá reclamar, por petição, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação a autoridade competente.

- 1- A notificação terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados;
- 2- Apresentada a reclamação, o responsável pelo lançamento ou por sua alteração a contestará, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que receber o processo, podendo, em caso de impedimento, ser designado outro servidor.
- 3- Fica o Poder Executivo autorizado a criar e disciplinar a reclamação simplificada, cuja tramitação processual terá rito sumaríssimo.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 245º - As reclamações não poderão ser decididas sem a informação do órgão responsável pelo lançamento sob pena de nulidade de decisão.

CAPÍTULO XIV DO AUTO DE INFRAÇÃO

ART. 246º - A exigência da obrigação tributária principal ou a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, resultantes de ação direta do servidor fiscal, serão sempre formalizadas em auto de infração.

ART. 247º - O auto de infração será lavrado, privativamente, por servidor fiscal, cuja cópia será entregue ao autuado, e conterá:

- I- A qualificação do autuado;
- II- O local, a data e a hora da lavratura;
- III- A descrição clara e precisa do fato;
- IV- A disposição legal infringida, a penalidades aplicável, quando for o caso, a Tabela de receita e o item da lista de serviços anexas a esta lei;
- V- A determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 20 (vinte) dias;
- VI- A assinatura do autuante, a indicação de seu cargo ou função e o número da matrícula.

- 1- As omissões ou irregularidades do auto não importarão em nulidade do processo quando deste contarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator, e as falhas não constituírem vício insanável;
- 2- O processo do auto terá curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres em ordem cronológica;
- 3- No mesmo auto de infração é vedada a capitulação de infrações referentes a tributos distintos;
- 4- Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, concluída a ação fiscal, será lavrado um só auto de infração, ainda que o período fiscalizado compreenda mais de um exercício financeiro.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 248º - Lavrar-se-á termo complementar ao auto de infração, por iniciativa do autuante, ou por determinação da autoridade administrativa ou julgadora, sempre após a defesa, para suprir omissões ou irregularidades que não constituam vícios insanáveis, intimando-se o autuado para apresentar nova defesa.

ART. 249º - Dentro do prazo para defesa ou recurso, será facultado, ao autuado ou o seu mandatário, vistas ao processo, no recinto da repartição.

- 1- Os documentos que instruírem o processo poderão ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do sujeito passivo, desde que a medida não prejudique a instrução e deles fique cópia autenticada no processo.
- 2- Os processos de tramitação no Departamento de Administração tributária poderão ser retirados pelo advogado do autuado, com procuração nos autos, assinalando-se o prazo de 10 (dez) dias para a sua devolução a Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO XV DA DEFESA

ART. 250º - O autuado apresentará defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação, que terá efeito suspensivo.

- 1- A defesa será apresentada por petição, no órgão onde ocorrer o processo, mediante comprovante de entrega;
- 2- Na defesa, o autuado alegará de uma só vez a matéria que reproduzir, desde logo, as que possuir;
- 3- Decorrido o prazo deste artigo, sem que o autuado tenha apresentado defesa, será considerado revel, lavrando-se o termo de revelia.
- 4- O autuado, se o solicitar no prazo deste artigo, poderá ter prorrogado por mais 20 (vinte) dias o prazo de defesa.

ART. 251º - Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento do processo, para contestação, o que fará na forma do item nº 2 do artigo anterior, cabendo ao Secretário das Finanças, o controle do prazo, implicando em responsabilidade civil o dano causado a Fazenda Municipal por dolo ou culpa.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

PARÁGRAFO ÚNICO- Em caso de impedimento ou perda do prazo pelo autuante, para efetuar a contestação, o Secretário de Finanças, determinará outro servidor fiscal para efetuar a mesma.

ART. 252º - Findo o prazo de contestação, o processo será concluso à autoridade julgadora que ordenará as provas requeridas pelo autuante e atuado, exceto as que sejam consideradas inúteis ou protelatórias, determinando a produção de outras que entender necessárias e fixando os prazos em que devem ser produzidas.

- 1- O autuante e o atuado poderão participar das diligências, devendo ser intimado em caso de perícia requerida cujas alegações constarão nos termos da diligência.
- 2- Não havendo provas requeridas, ou produzidas as reclamadas, está encerrada a instrução julgadora.

CAPÍTULO XVI DA DECISÃO

ART. 253º - Recebido o processo, a autoridade julgadora proferirá decisão, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data do seu recebimento, 30 (trinta) dias se ocorrer a hipótese do parágrafo primeiro deste artigo.

- 1- Não se considerando habilitada a decidir, a autoridade julgadora poderá converter o processo em diligência, determinando novas provas, ou submetê-lo a parecer jurídico ou técnico fiscal;
- 2- Os processos que não forem decididos nos prazos estabelecidos serão objetos de comunicação ao Secretário de Finanças, dentro do prazo de 10 (dez) dias, pela autoridade julgadora, justificando o retardamento processual;
- 3- O Secretário de Finanças poderá evocar os processos para decidi-los, se não cumpridos os prazos previstos no "caput" deste artigo.
- 4- Mensalmente, a autoridade julgadora remeterá ao Secretário de Finanças a relação, dos processos recebidos, em fase de julgamento e decididos.

ART. 254º - A decisão será proferida por escrito, com simplicidade e clareza, concluindo objetivamente pela procedência ou improcedência total ou parcial do processo fiscal, expressamente definidos os seus efeitos em qualquer caso.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 1- As conclusões da decisão serão comunicadas ao contribuinte, através da remessa de cópia dos termos, e publicação de emenda no Jornal Oficial do Município.
- 2- Não sendo proferida a decisão nos prazos previstos no "caput" do artigo 253, o autuante ou o autuado poderão requerer ao Secretário de Finanças a adoção do parágrafo terceiro daquele artigo.

ART. 255º - O prazo para pagamento da multa é de 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação no jornal oficial, findo o qual o débito será inscrito em dívida ativa, salvo nos casos dos recursos.

CAPÍTULO XVII DO RECURSO VOLUNTÁRIO

ART. 256º - Da decisão de primeira instância, caberá recurso voluntário para o Chefe do Executivo interposto, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de ciência da decisão pelo autuado ou reclamante, nas reclamações contra lançamento.

ART. 257º - É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

ART. 258º - Do julgamento do recurso será intimado o recorrente, que terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação, para pagamento da multa, findo o, qual será o débito inscrito na dívida ativa e encaminhado imediatamente à assessoria do Município, para o ajuizamento da cobrança judicial.

CAPÍTULO XVIII DOS EFEITOS DA DECISÃO E DO JULGAMENTO

ART. 259º - As decisões em primeira instância e os julgamentos dos recursos, esgotados os prazos previstos nesta lei, são definidos e irrevogáveis na instância administrativa.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 260º - As partes ou a terceiros, desde que comprovem legítimo interesse, é assegurado o direito de obter certidões definitivas em processos fiscais.

CAPÍTULO XIX DA DÍVIDA ATIVA SEÇÃO I CONSTITUIÇÃO E INSCRIÇÃO

ART. 261º - Constitui dívida ativa do município a proveniente de tributos, multas de quaisquer naturezas, furos, laudêmios, aluguéis, alcances dos responsáveis, reposições oriundas de contratos administrativos, consistentes em quantia fixa e determinada, depois de decorridos os prazos de pagamento, ou de decididos os processos fiscais administrativos ou judiciais.

- 1- Não exclui a liquidez de crédito, para os efeitos deste artigo a fluência de juros;
- 2- A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova reconstituída.

ART. 262º- A inscrição da dívida ativa, de qualquer natureza, será feita de ofício, em livros especiais, na repartição competente.

- 1- O termo de inscrição da dívida ativa e a respectiva certidão devem indicar, obrigatoriamente:
 - I- A origem e a natureza do crédito;
 - II- A quantia devida e demais acréscimos legais;
 - III- O nome do devedor, e sempre que possível, o seu domicílio ou residência;
 - IV- O livro, folha e data em que foi inscrita;
 - V- O número do processo administrativo ou fiscal em que se originou o crédito.
- 2- A omissão dos requisitos enumerados ou o erro a eles relativos são causas de nulidade da inscrição, podendo a autoridade administrativa sanar, de ofício, a irregularidade, mediante a substituição da certidão irregularmente emitida.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 263º - A dívida ativa será inscrita após o vencimento do prazo de pagamento de crédito tributário, na forma estabelecida em ato administrativo.

ART. 264º - Inscrita a dívida e extraídas as respectivas certidões de débito, quando necessárias, serão relacionadas e remetidas ao órgão jurídico para a cobrança.

SEÇÃO II DA COBRANÇA

ART. 265º - A cobrança da dívida ativa será feita por via amigável ou judicialmente através de ação executiva fiscal.

- 1- A cobrança amigável será feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento das certidões, podendo ser concedida prorrogação de igual prazo, pela autoridade que dirige o órgão jurídico;
- 2- A contar da data do recebimento da intimação de cobrança amigável o contribuinte terá 10 (dez) dias para quitar o débito;
- 3- Decorrido o prazo de cobrança amigável, sem a quitação de débito, será imediatamente procedida a cobrança judicial, na forma da legislação federal em vigor;
- 4- Iniciada a cobrança executiva, não será permitida a cobrança amigável.

ART. 266º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou subsequentes serão acumuladas em um só pedido, glosadas às custas de qualquer procedimento que tenha sido indevidamente ajuizado,

PARÁGRAFO ÚNICO - A violação deste preceito importa em perda, em favor do Município, de quota e percentagem devidos aos responsáveis,

ART. 267º - O órgão jurídico responsável pela cobrança da dívida ativa fica obrigado a registrar, em livro especial, o andamento dos executivos fiscais.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

SEÇÃO III
DO PAGAMENTO

ART. 268º - O pagamento da dívida ativa será feito na repartição municipal competente ou em estabelecimento bancário indicado pelo Secretário de Finanças,

- 1- O pagamento da dívida poderá ser efetuado antes de iniciada a ação executiva, mediante guia expedida pelo escrivão e visada pelo procurador do Município;
- 2- Iniciada a ação executiva, o pagamento da dívida se fará através da expedição de guias, em 3 (três) vias, com visto do Assessor Jurídico ou seu substituto legal;
- 3- As guias terão validade por 3 (três) dias e deverão conter:
 - I- Nome e endereço do devedor;
 - II- Número de inscrição, exercício e período a que se refere;
 - III- Natureza e montante do débito;
 - IV- Acréscimos legais;
 - V- Autenticação.

ART. 269º - É vedado a repartição arrecadadora ou a qualquer servidor municipal ou do cartório receber o pagamento do débito já inscrito em dívida ativa, sem as respectivas guias de cobrança.

- 1- A inobservância deste artigo acarretará a responsabilidade do servidor que, direta ou indiretamente, concorrer para o recebimento da dívida, respondendo ainda pelos prejuízos que advirem à Fazenda Municipal;
- 2- Nenhum débito inscrito poderá ser recebido sem que o devedor pague, ao mesmo tempo, os juros estabelecidos nesta lei, contados da data do pagamento do débito.

ART. 271º - Cabe a Assessoria Jurídica do município executar, suspender e fiscalizar a cobrança da dívida ativa do município.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO XX DO PROCESSO DE CONSULTA

ART. 272º - A consulta será formulada à Secretaria Municipal de Finanças e decidida no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ART. 273º - Não poderá ser adotado nenhum procedimento fiscal, em relação à espécie consultada, contra o consulente que agir em conformidade com a resposta à consulta por ele formulada, bem como enquanto durar o prazo que a autoridade administrativa decida em relação a consulta formulada e antes de esgotar-se o prazo de 10 (dez) dias.

ART. 274º - Não produzirá efeito a consulta formulada:

- I- Por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;
- II- Por quem estiver sobre procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;
- III- Quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte a consulente;
- IV- Quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado antes de sua apresentação;
- V- Quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal na legislação tributária;
- VI- Quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;
- VII- Quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

ART. 275º - Após concluída a consulta deverá o consulente ser informado quanto ao conteúdo da decisão da autoridade competente, tendo a partir do comunicado, 10 (dez) dias para tomar as providências cabíveis sem sofrer nenhuma penalidade.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 276º - Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá concorrer a fornecimento de materiais e serviços, vender diretamente ou participar de licitação para execução de obra pública sem que se ache quitado com a Fazenda Municipal, quanto a tributos e rendas e cujo pagamento esteja obrigado, nos últimos 5 (cinco) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A exigência contida neste artigo estende-se, obrigatoriamente, à expedição de quaisquer alvarás de licença.

ART. 277º - Ficam proibidos os aforamentos de terrenos do Município, processando-se o lançamento e arrecadação para os já existentes, de acordo com a legislação em vigor.

ART. 278º - Toda a legislação federal que dispõe ou vier a dispor sobre imóveis da união, aforados ou arrendados, será aplicada no que couber aos bens do patrimônio do Município, se em contrário não dispuser a legislação municipal.

ART. 279º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com estabelecimentos de ensino, para concessão de bolsas de estudos, visando estabelecer um processo permanente e automático, referente ao Imposto Sobre Serviços, com créditos líquidos e certos contra a Fazenda Municipal.

ART. 280º - Sem prejuízo de outras disposições que venham a ser estabelecidas pelas partes, os acordos a que se refere o artigo anterior obedecerá aos seguintes critérios básicos:

- I- Os estabelecimentos que firmarem acordo pagarão Imposto Sobre Serviços com base em estimativa mensal;
- II- A estimativa mensal será a diferença entre o valor do imposto devido mensalmente e o valor dos serviços efetivamente prestados, ou utilizados pelo Município no mesmo mês;
- III- O valor do serviço prestado ou utilizado pelo Município será igual:
 - A) No caso de estabelecimentos de educação, ao preço vigente no estabelecimento.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 1- Os acordos a que se refere esta seção poderão ser coletivos, respeitando-se, entretanto, a necessidade da assinatura de um acordo específico para cada um dos tipos de atividades que caracterizam os grupos de contribuintes signatários;
- 2- O não cumprimento, pelo contribuinte, de qualquer das cláusulas do acordo, implicará na sua exclusão mediante proposta fundamentada do órgão fazendário, sendo exigido imediatamente o pagamento do imposto, sem prejuízo da cominação das penalidades cabíveis;
- 3- A exclusão de um ou de alguns contribuintes de acordo coletivo não o invalida, prejudica ou altera seus termos e propósitos, permanecendo suas cláusulas sempre boas, firmes e valiosas com relação aos signatários remanescentes.

ART. 281º - A inclusão tanto dos contribuintes, quanto das entidades imunes nos acordos referidos nesta seção far-se-á, mediante solicitação dos interessados, obedecidos as condições a serem fixadas em avisos publicados na imprensa oficial ou em órgão de circulação local.

ART. 282º - Uma vez incluído no acordo de que se trata o artigo anterior, o enquadramento do contribuinte no sistema de estimativa mensal a que se referem os incisos I e II do Art. 280º, independe de notificação por parte da Fazenda Municipal ou de qualquer outra formalidade.

ART.283º - Fica instituída a **UFPL - UNIDADE FISCAL DE PEDRA LAVRADA.**

- I- A Unidade Fiscal de Pedra Lavrada será correspondente a 01 (uma) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) do Governo Federal;
- II- O valor da UFPL, será reajustado sempre na mesma proporção de variação da UFIR Federal ou de outra Unidade Fiscal que venha a substituí-la.

ART. 284º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a proceder por Decreto, as possíveis alterações que possam advirem, com as mudanças na Política Econômica do Governo Federal, em se tratando de índice de correção da economia, inclusive na atualização do índice da UFPL.

ART. 285º - Os tributos, rendas ou preço público de qualquer natureza para a Fazenda Municipal, quando não pagos até a data do seu vencimento, serão atualizados monetariamente,



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

com base na legislação específica vigente até 31 de dezembro de 1996, e após esta data, com base nas variações da UFPL.

ART. 286º - Os débitos a que se refere o artigo anterior poderão ser recolhidos parceladamente em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, não podendo cada prestação ser inferior a 50% (cinquenta por cento) da UFPL.

- I- O atraso no pagamento de duas prestações sucessivas ou três intercaladas importa na perda do benefício com relação ao restante do débito e no seu vencimento total;
- II- A concessão de parcelamento após o prazo para apresentação de recursos exclui a redução de multa;
- III- O parcelamento será requerido através de petição em que o interessado reconheça a certeza e liquidez do crédito fiscal.

ART. 287º - Os débitos que forem objetos de parcelamento serão consolidados na data da concessão e expresso em quantidades de UFPL.

- 1- O valor do débito consolidado expresso em quantidade de UFPL será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas;
- 2- O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros na forma da legislação pertinente;
- 3- Para efeito de pagamento, o valor em real de cada parcela mensal será o determinado mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFPL, pelo valor deste no dia do pagamento.

ART. 288º - Os débitos de qualquer natureza com a Fazenda Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez poderão ser inscritos como Dívida Ativa do Município, pelo valor em quantidade de UFPL.

ART. 289º - Nos casos de lançamento de ofício, a base de cálculo, o imposto, as contribuições arrecadadas pelo município e os acréscimos legais serão expressos em Unidade Fiscal de Pedra Lavrada.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 290º - Os valores referentes a tributos, rendas, multas, lançamentos e atualização de Plantas de Valores e Planilha de Valores Unitários, bem como outros acréscimos legais, estabelecidos em quantias fixas, serão calculados, com base na UFPL.

ART. 291º - As, alíquotas referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, dos terrenos nas áreas beneficiadas por projetos de financiamento.

- I- 3% (três por cento) sobre o valor venal, a partir do início da obra;
 - A) Será calculado em acréscimo de até 40% (quarenta por cento) sobre a alíquota de que trata o inciso I deste artigo, até o limite de 5% (cinco por cento);
 - B) O acréscimo a que se refere a alínea "a" será cumulativa e aplicado durante o período máximo de 5 (cinco) anos.

ART. 292º - Fica reduzida a alíquota dos vazios urbanos que ultrapassarem o limite de que trata a alínea "a" do item I, do artigo anterior para 5% (cinco por cento).

ART. 293º - O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação em texto único do presente Código, relativo as leis posteriores que lhe modificarem a redação repetindo-se esta providência até 31 de dezembro de cada ano.

ART. 294º - Os regulamentos baixados para execução da presente lei são da competência do Chefe do Poder Executivo e não poderão criar direitos e obrigações novas nela não previstos, limitando-se às providências necessárias à mais fácil execução de suas normas.

ART. 295º - A Secretaria de Finanças orientará a aplicação da presente lei, expedindo as necessárias instruções mediante portaria.

ART. 296º - Enquanto não forem baixados os atos administrativos, permanecem em vigor aqueles que disponham sobre a matéria ou o assunto, no que não conflitar com esta lei.

ART. 297º - O exercício financeiro, para efeitos fiscais, corresponderá ao ano civil.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ART. 298º - Quando não inscritos em dívida ativa, os créditos fiscais de um exercício, que forem pagos nos exercícios subsequentes, constituirão de rendas de exercícios anteriores.

ART. 299º - As atualizações e modificações desta lei especialmente sobre a matéria que disciplinem parâmetros a fator de correção monetária e de convenção financeira, alterem anexos do presente código ou alíquotas, serão exclusivamente objeto de lei ordinária de iniciativa do Prefeito.

ART. 300º - Ficam aprovados os anexos de números I, II, III e IV, constantes desta lei.

ART.301º - A presente lei que constitui como Código Tributário e de Rendas do Município, entrará em vigor em 1º de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Lavrada, em 22 de novembro de 1996.

João de Melo Azevedo
Prefeito



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada



ANEXOS:

I, II, III E IV



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ANEXO – I LISTA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS DE:

- 1- Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultrassonografia, radiologia, tomografia e congêneres.
- 2- Hospitais, clínicas, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde, de repouso, de recuperação e congêneres.
- 3- Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).
- 4- Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1,2 e 3, desta lista prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para a assistência a empregados.
- 5- Planos de saúde, prestados por empresas que não esteja incluída no item 5 desta lista e ou se cumpra através de serviços prestados por terceiros, mediante indicação do beneficiário do plano.
- 6- Médicos veterinários.
- 7- Clínicas veterinárias e congêneres.
- 8- Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.
- 9- Barbeiros, cabeleireiros, manicuras, pedicuras, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 10- Banhos, duchas, saunas, massagem, ginástica e congêneres.
- 11- Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.
- 12- Limpeza de rios e canais.
- 13- Limpeza, manutenção, conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.
- 14- Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.
- 15- Controle e tratamento de afluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos.
- 16- Incineração de resíduos quaisquer.
- 17- Saneamento ambiental e congêneres.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 18- Assistência técnica.
- 19- Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, Assessoria, processamento de dado, consultoria técnica, financeira ou administrativa.
- 20- Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
- 21- Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações coleta e processamento de dados de qualquer natureza.
- 22- Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos e congêneres.
- 23- Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 24- Traduções e interpretações.
- 25- Avaliação de bens.
- 26- Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.
- 27- Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.
- 28- Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.
- 29- Execução, por administração, empreitada, ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS).
- 30- Demolição.
- 31- Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS).
- 32- Florestamento e reflorestamento.
- 33- Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.
- 34- Paisagismo jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeita ao ICMS).
- 35- Raspagem, calafetação, lustração de pisos, paredes e divisórias.
- 36- Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimento, de qualquer grau ou natureza.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 37-Planejamento, organização de festas e recepções: "bufet" (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeita ao ICMS).
- 38- Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios.
- 39- Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 40- Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, seguros e de planos de previdência privada.
- 41- Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 42- Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artísticas ou literária.
- 43- Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia ('franchise') e de faturação ('factoring') (excetuando-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 44- Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres.
- 45- Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis, não abrangidos nos itens 40 a 43.
- 46- Despachantes.
- 47- Agentes de propriedade industrial.
- 48- Agentes de propriedade artística ou literária.
- 49- Leilão.
- 50- Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contrato de seguros prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou a companhia de seguro.
- 51- Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 52- Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.
- 53- Vigilância ou segurança de pessoas e bens.
- 54- Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do MUNICÍPIO.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

55- Diversões públicas:

- A) Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
- B) Exposições, com cobrança de ingressos;
- C) Bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam transmitidos, mediante compra de direitos: para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;
- D) Jogos eletrônicos;
- E) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação de espectador, inclusive a venda e direitos de transmissão pelo rádio ou pela televisão;
- F) Execução de música, individualmente ou por conjunto.

56- Distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, cupons de apostas, sorteios ou prêmios.

57- Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas, ou de televisão).

58- Gravações e distribuição de filmes e "vídeo-tapes".

59- Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.

60- Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.

61- Produção para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, espetáculos, entrevistas e congêneres.

62- Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.

63- Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e parte que fica sujeita ao ICMS).

64- Concerto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de peças e partes que fica sujeito ao ICMS).

65- Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao ICMS).

66- Recondicionamento, acondicionamento, secagem, fingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados a industrialização ou comercialização.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 67- Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.
- 68- Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 69- Montagem industrial, prestado ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 70- Cópia ou reprodução, por qualquer processo, de documento e outros papéis, plantas ou desenhos.
- 71- Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia.
- 72- Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 73- Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.
- 74- Funerais.
- 75- Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 76- Tinturaria e lavanderia.
- 77- Taxidermia.
- 78- Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive, por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.
- 79- Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanha ou sistema de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
- 80- Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão).
- 81- Advogados.
- 82- Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos.
- 83- Dentistas.
- 84- Economistas.
- 85- Psicólogos.
- 86- Assistentes sociais.
- 87- Relações públicas.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- 88- Cobranças e recebimento de contas por terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posições de cobrança, recebimento e outros servidores correlatos de cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 89- Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extratos de conta, emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições, teleprocessamento necessário a prestação dos serviços).
- 90- Transporte de natureza estritamente municipal.
- 91- Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo Município.
- 92- Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
- 93- Distribuição de bens de terceiros em representação de qual quer natureza.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ANEXO II DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

- 1- Bancos, instituições financeiras, agentes ou representantes de entidades vinculadas ao sistema financeiro, corretores de títulos em geral, construção civil e atividades afins, planos de saúde em geral, indústria, comércio atacadista, rádio, jornal e televisão, consórcios ou fundos mútuos em geral, concessionárias de vendas de veículos e/ou máquinas, lojas de departamento, empresas de transporte de cargas.

VALOR: 10 UFPL.

- 2- Limpeza e/ou conservação, colocação de mão-de-obra, empresa de transportes de passageiros, locação de veículos, máquinas e equipamentos, instalação e montagem de máquinas e equipamentos, montagem industrial, laboratórios de análises clínicas em geral, eletricidade mecânica, clínicas em geral, estabelecimentos hospitalares (hospitais, casas de saúde, de repouso), florestamento e reflorestamento, clínicas veterinárias, assessoria e projetos técnicos em geral, propaganda e publicidade, hotéis, motéis, apart-hotéis, pousadas e pensões, informática e processamento de dados.

VALOR: 9 UFPL.

- 3- Agência de automóveis, postos de lavagem e lubrificação e troca de óleo, serviços de higiene pessoal (salão de beleza, cabeleireiros, barbearia, etc.), academia de ginástica e estética, estúdios fotográficos, estabelecimentos de ensino (colégios, cursos preparatórios, etc.), diversões públicas (clubes, cinemas, boates, etc.), concerto e reparação de aparelhos, equipamentos, veículos e peças, sucatas em geral, locação de bens imóveis (fitas de vídeo, cartucho de vídeo game, CD's e etc.), agenciamento e corretagem em geral, administradora de bens, comércio varejista.

VALOR: 8 UFPL.

- 4- Concessionárias ou premissárias de serviços públicos, depósitos em geral.

VALOR: 7 UFPL.

- 5- Escritórios ou consultório de profissional liberal.

VALOR: 5 UFPL.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

6- Estabelecimento de profissional liberal, nível médio.

VALOR: 4 UFPL.

7- Estabelecimento de profissional liberal, artesanal.

VALOR: 2 UFPL.

8- Atividades não previstas nos itens acima.

VALOR: 3 UFPL.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ANEXO III
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS

1- Publicidade através de anúncios, letreiros, placas indicativas de profissão, arte ou ofício, distintivos, emblemas e assemelhados, colocados na parte externa de prédios, por metro quadrado por mês ou fração.	20% UFPL
2- Publicidade na parte externa de veículos, por metro quadrado, por mês ou fração. 2.1 - Veículos automotores 2.2 - Veículos de tração manual	70% UFPL
3- Publicidade conduzida por pessoa e exibida em vias públicas, por unidade e por dia.	0,5% UFPL
4- Publicidade em prospecto, por espécie distribuída.	500% UFPL
5- Exposição de produtos ou propaganda feita em estabelecimentos de terceiros ou em locais de frequência pública, por mês, por espécie.	200% UFPL
6- Publicidade através de outdoor, por exemplar e por mês ou fração.	170% UFPL
7- Publicidade através de autofalante em prédios, por mês ou fração.	50% UFPL
8- Publicidade através de alto falante em veículos, por mês, por fração e por veículos.	300% UFPL



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

ANEXO - IV DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

1- CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E REFORMA

I - Estrutura em concreto armado, ou alvenaria:

A) De prédios residenciais, por metro quadrado de área total de construção:

a) Padrão baixo	0,5% UFPL
b) Normal	2,0% UFPL
c) Alto	4,0% UFPL
d) Luxo	6,0% UFPL

B) De prédios industriais, comerciais, ou serviços por metro quadrado de área total de construção:

a) Padrão baixo	0,5% UFPL
b) Normal	2,0% UFPL
c) Alto	3,0% UFPL
d) Luxo	4,0% UFPL

II - Em taipa, por metro quadrado de área total de construção.

III - Estrutura de madeira:

A) De prédios residenciais, por metro quadrado de área construída.	4,0% UFPL
B) De prédios industriais, comerciais ou profissionais, por metro quadrado de área construída.	3,0% UFPL

2- REGULARIZAÇÃO (OBRAS CLANDESTINAS)

I - Estruturas em concreto armado, ou alvenaria:

A. De prédios residenciais, por metro quadrado de área total de construção:

a) Padrão baixo	1,0% UFPL
b) Normal	4,0% UFPL
c) Alto	8,0% UFPL
d) Luxo	12,0% UFPL



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

B. De prédios industriais, comerciais, ou serviços por metro quadrado de área total de construção:

a) Padrão baixo	1,0% UFPL
b) Normal	4,0% UFPL
c) Alto	10,0% UFPL
d) Luxo	12,0% UFPL

II - Em taipa, por metro quadrado de área total de construção: isenta.

III - Estrutura de madeira:

A) De prédios residenciais, por metro quadrado de área construída.	7,0% UFPL
B) De prédios industriais, comerciais ou profissionais, por metro quadrado de área construída.	7,0% UFPL

IV - Estrutura metálica de prédios, por metro quadrado de área total de piso: 12,0% UFPL.

3- OUTRAS CONSTRUÇÕES:

a) Chaminés, por metro de altura.	50,0% UFPL
b) Forno por metro quadrado.	20,0% UFPL
c) Piscinas e caixa d'água, por metro cúbico	10,0% UFPL
d) Pérgolas, por metro quadrado.	4,0% UFPL
e) Marquises, por metro quadrado.	6,0% UFPL
f) Plaibandas e beirais, por metro linear.	2,0% UFPL
g) Substituição de piso, por metro quadrado.	1,0% UFPL
h) Tapumes, por metro linear.	30,0% UFPL
i) Muros e muralhas, por metro linear.	1,0% UFPL
j) Toldos e empanadas, por metro quadrado de cobertura.	5,0% UFPL
k) Drenos, sarjetas e escavações na via pública, por metro linear.	1,0% UFPL
l) Substituição de coberta, por metro quadrado.	1,0% UFPL



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

m) Colocação ou substituição de bombas de combustíveis e lubrificantes, inclusive tanques, por unidade.	300,0% UFPL
n) Alinhamento ou cota de piso, por lote.	120,0% UFPL
o) Reparos e pequenas obras não especificadas, por metro linear, quadrado ou cúbico, conforme o caso.	1,0% UFPL

4- DEMOLIÇÃO DE PRÉDIOS, POR METRO QUADRADO: 4,0% UFPL.

5- REBAIXAMENTO DE MEIO FIO PARA ENTRADA DE VEÍCULOS, POR METRO LINEAR: 10,0% UFPL.

6- OBRAS NÃO ESPECIFICADAS: 1,0% UFPL.

7- CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS: No cemitério.

a) Em alvenaria com revestimento simples	15,0% UFPL
b) Idem, com revestimento de granito, mármore ou equivalente	20,0% UFPL

8- LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO, ARRUMAMENTOS, DESMEMBRAMENTOS EM TERRENOS PARTICULARES:

I - Loteamentos:

a) Apreciação de projetos de Loteamentos, por lote	5,0% UFPL
b) Apreciação de projetos de Loteamentos, por lote	10,0% UFPL
c) Alterações de Plantas Aprovadas de Loteamento, por lote	10,0% UFPL

II - Arrumamento:

a) Precisão de Projetos de Arrumamento, por metro linear de logradouro	0,1% UFPL
b) Aprovação de Plantas de Arrumamento, por metro linear de logradouro	1,0% UFPL
c) Alteração de Plantas Aprovadas de Arrumamento, por metro linear de logradouro	1,0% UFPL



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

III - Aprovação de Desmembramento e Remembramento, por lote: 10,0% UFPL.

9- LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE PUBLICIDADE %S/UFPL

I - Publicidade através de anúncios, letreiros, placas indicativas de profissão, arte ou ofício, distico, emblemas e assemelhados, colocados na parte externa de prédio, por metro: 100,0% UFPL

II - Publicidade na parte externa de veículos, por unidade ao ano.

Veículos automotores: 100,0% UFPL.

III - Publicidade na parte interna de veículos, por unidade ao mês: 20,0% UFPL

10- LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS OU VENDA EM PÉ %S/UFPL

I - Gado vacum, por Kg	0,8% UFPL
II - Caprino ou ovino, por Kg	0,8% UFPL
III - Suíno, por Kg	0,3% UFPL

11- TAXA DE EXPEDIENTE E DE SERVIÇOS DIVERSOS

I - Pedidos de baixa, anotações pela transferência de firma, alterações da razão social, mudança de endereço e ampliação do estabelecimento: 50,0% UFPL

II - Certidões:

a) Negativas	50,0% UFPL
b) Narrativas	80,0% UFPL
c) Limites e confrontações	100,0% UFPL
d) De despachos, pareceres, informações e demais atos ou fatos administrativos	5,0% UFPL

III - Autenticação de Livro de Prestação de Serviços e Notas Fiscais, por talão: 5,0% UFPL

IV - Autenticação de Projeto, por projeto: 5,0% UFPL

V - Taxa de Embarque: 20,0% UFPL

VI - Concessões:

A. Concessões de "habite-se", ex-ofício de Imóveis de valor venal:



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

a) De uma a 300 vezes UFPL	100,0% UFPL
b) De 301 a 600 vezes UFPL	150,0% UFPL
c) De 601 a 900 vezes UFPL	200,0% UFPL
d) De 901 a 1200	300,0% UFPL
e) De 1201 a 1500 vezes UFPL	400,0% UFPL
f) Acima de 1500 vezes UFPL	500,0% UFPL

B. Demais concessões: 300,0% UFPL.

VII - Averbações de imóveis de Promessa de compra e venda: 50,0% UFPL.

VIII - Transferência de Licença de Construção: 100,0% UFPL.

IX - Comunicação de Paralisação de Obras: 50,0% UFPL.

X - Comunicação de reinício de Obras: 50,0% UFPL.

XI - Requerimentos: 20,0% UFPL.

XII - Formulários: 5,0% UFPL.

XIII - Emissão de guias: 5,0% UFPL.

XIV - Inscrições de concursos públicos até: 100,0% UFPL.

XV - Numeração de prédios: 20,0% UFPL.

XVI - Apreensão de animais, bens e mercadorias:

A. Apreensão, por unidade ou por animal: 50,0% UFPL.

B. Depósito por dia ou fração:

a) Animais por unidade	5,0% UFPL
b) Veículos automotores, por unidade	10,0% UFPL
c) Demais veículos	10,0% UFPL
d) Demais objetos e mercadorias apreendidas, por lote ou individual	5,0% UFPL

XVII - Desmarcação, alinhamento e nivelamento de imóveis:

a) Demarcação, por metro linear	1,0% UFPL
b) Alinhamento, por metro linear	1,0% UFPL
c) Nivelamento, por metro linear	1,0% UFPL
d) Reposição de calçamento	(o custo da obra)



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

XVIII - Cemitérios:

A. Inumação em sepultura rasa por dois anos:

a) Adulto	40,0% UFPL
b) Criança	20,0% UFPL

B. Inumação em carneira ou jazigo por dois anos:

a) Adulto	100,0% UFPL
b) Criança	50,0% UFPL

C. Prorrogação de prazo (por ano):

a) Sepultura rasa	40,0% UFPL
b) Carneira ou jazigo	20,0% UFPL
c) Ossário	20,0% UFPL

D. Perpetuação, por metro quadrado:

a) Sepultura rasa	500,0% UFPL
b) Carneira	500,0% UFPL
c) Jazigo	500,0% UFPL
d) Ninho	500,0% UFPL

E. Exumação, quando requerida: 50,0% UFPL.

F. Depósito de ossário:

a) Por dois anos	200,0% UFPL
b) Perpetuação	500,0% UFPL

G. Transladação de ossos de outros cemitérios: 15,0% UFPL.

H. Abertura de sepulturas, carneira, jazigo ou mausoléu perpétuo para inumação: 30,0%

I. Permissão para qualquer construção no cemitério, por metro quadrado: 50,0% UFPL.

J. Colocação de inscrição: 5,0% UFPL.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada

- K. Colocação de placas (por unidade): 5,0% UFPL.
- L. Embelezamento (pintura, caiação, etc.): 5,0% UFPL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

Diário Oficial Eletrônico — Mural Eletrônico

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO

Código da matéria	20210421044206
Título	LEI Nº 00006/1996 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO
Tipo da matéria	LEI
Setor	GABINETE DO PREFEITO
Data de publicação	29/11/1996
Publicada e autorizada por	LUIZ MIGUEL DE OLIVEIRA
Assinatura digital no documento	Não — documento sem assinatura digital ICP-Brasil embutida no arquivo original

Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de chaves Públicas (ICP-Brasil). Matéria publicada no Diário Oficial do Município de Pedra Lavrada/PB no dia 29/11/1996. A autenticidade desta publicação pode ser verificada em: <https://getpublic.inf.br/system/autenticar-materia?materia=20210421044206&link=PMPL>. Este comprovante consolida os dados oficiais de publicação para fins de instrução de processos licitatórios, defesas administrativas e demais procedimentos que exijam prova de publicidade oficial.

Documento informativo emitido eletronicamente pelo sistema GetPublic. Não constitui nova assinatura digital ICP-Brasil sobre o conteúdo original.

Data de emissão deste comprovante: 24/06/2026 19:14



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

Diário Oficial Eletrônico — Mural Eletrônico

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos que a matéria de código **20210421044206**, intitulada **LEI Nº 00006/1996 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO**, foi publicada no Mural Eletrônico e Diário Oficial do Município de Pedra Lavrada/PB.

Publicação: 29/11/1996

Setor: GABINETE DO PREFEITO

Publicada e autorizada por **LUIZ MIGUEL DE OLIVEIRA**.

RESUMO DO OBJETO

LEI Nº 00006/1996 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Declara-se, para os devidos fins, que a matéria acima identificada foi publicada em observância às normas de publicidade oficial e de acesso à informação pública, integrando o Diário Oficial Eletrônico municipal. A autenticidade pode ser verificada em: <https://getpublic.inf.br/system/autenticar-materia?materia=20210421044206&link=PMPL>. Extrato emitido eletronicamente para instrução de defesas administrativas, processos licitatórios e demais procedimentos que exijam comprovação sintética de publicação.

Data de emissão deste extrato: 24/06/2026 19:14